



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LAURA MARTENDAL

**Experiência(S) Profissionais(S)?
Relatos de mulheres transexuais**

Florianópolis
2015

LAURA MARTENDAL

**Experiência(S) Profissionais(S)?
Relatos de mulheres transexuais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Graduação em Serviço Social pela
Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC.
Orientadora: Prof. Dra. Luciana Zucco

Florianópolis
2015

Laura Martendal

**ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
DE MULHERES TRANSEXUAIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria de Estágios e Monografias do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de outubro de 2015 .

Professores Avaliadores:

Prof^ª. Orientadora Dr.
Luciana Patrícia Zucco
Universidade Federal de Santa Catarina

Assistente. Social
Írma Remor Silva
Prefeitura de Florianópolis

Prof. Dr.
Tereza Lisboa Kleba
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho primeiramente ao Deus que eu acredito. À minha mãe que com toda simplicidade e dificuldades, mesmo sendo analfabeta, me ensinou o valor dos estudos para a vida, ao meu companheiro e amigo que há 12 anos faz parte da minha vida. Em especial à paciência, dedicação e compromisso da minha orientadora professora Dra. Luciana Patrícia Zucco que, mais que uma excelente professora, tornou-se uma grande amiga- confidente durante as orientações. Agradecer as minhas interlocutoras, que através de suas vivências e experiências como mulher transexual nos comoveram e abrihantaram esta pesquisa e a todos que participaram direta ou indiretamente da realização deste sonho, desta minha nova vida.

Nos nós da vida

*Nós, mulheres transexuais
Nós, que nos excluem e nos matam
Nós, fora do mercado formal de trabalho
Nós, de identidade de gênero.*

(Laura Martendal, 2015)

RESUMO

A presente pesquisa tem como foco a pergunta que não quer calar: Que experiências profissionais constituem as identidades das mulheres transexuais? Para nos ajudar a responder a esta questão foram entrevistadas seis mulheres transexuais residentes em Florianópolis, com idade a partir de 40 anos e que denominavam-se mulheres transexuais. Importante ressaltar que a pesquisa teve uma abordagem qualitativa e a organização dos dados foi feita a partir da análise temática. A entrevista levantou dados acerca de suas vidas e suas experiências com a família, escola, amigos e, sobretudo, mercado de trabalho, dando destaque para o mercado de trabalho formal. As mulheres transexuais reafirmam sua condição de excluídas e estigmatizadas, vivendo à margem da sociedade, sofrendo preconceitos que acabam destruindo muitas vidas. O preconceito ocorre cotidianamente, na busca por trabalho, na ausência de postos de trabalho e marca suas experiências. Nossos estudos pautaram-se na questão profissional, em investigar como vivem estas mulheres e quais espaços atuam profissionalmente. De alguma maneira são excluídas do mercado de trabalho formal, sendo obrigadas a se prostituírem ou a exercerem profissões subalternas para sobreviverem. Todas tiveram a experiência da prostituição, e a grande maioria permanece neste mercado, que as expõem a violências e incertezas, mesmo contra sua vontade, como demonstraremos ao longo da discussão dos dados.

Palavras-chave: Transexualidade; trabalho formal; exclusão; discriminação; prostituição.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEH - Associação em Defesa aos Direitos Humanos;

AIDS/Hiv - Síndrome da Imune Deficiência Adquirida;

ANTRA - Associação Nacional das Tranvestis e transexuais;

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social;

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IBGE - Instituto Brasileiro Geral de Estatística;

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e transexuais;

NIGS - Núcleo de Identidade de Gênero;

SCIELO - Scientific Electronic Library Online;

SUS - Sistema Único de Saúde;

OIT - Organização Internacional do Trabalho;

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

1.....	7
Sumário	8
1. INTRODUÇÃO	9
2 Gênero, transexualidades e trabalho: uma discussão teórica sobre os conceitos. 14	
2.1 Em debate o conceito de gênero.....	14
2.2 A transexualidade e a noção de experiências.....	17
2.3 Experiência laboral e transexualidade.....	22
3. Uma aproximação às “vozes” das Entrevistadas: quando o preconceito mascarado pelo todo reprime, oprime e exclui.....	25
3.1. Perfil das Entrevistadas	27
3.2. Adequação corporal e suas mudanças.....	33
3.3. Experiência(S) Profissional (IS)?.....	40
3.4. Maturidade, pensando o futuro.	44
4. PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES.....	49
5. REFERÊNCIAS	52
6.Anexos I.....	58

1. INTRODUÇÃO

*“Não se pode engessar as identidades de gênero,
nelas se congregam a dimensão subjetiva,
que se transforma constantemente.
O tempo, as culturas e as experiências de vida dos sujeitos
influenciam diretamente na construção
da identidade de gênero”.*

A frase acima, de minha autoria, é produto de uma reflexão que tive durante uma oficina na qual discutíamos o conceito de gênero no âmbito das ciências sociais. Decidi começar a introdução deste trabalho a partir dela, porque reflete minha experiência pessoal no mundo laboral e na universidade. A iniciativa de desenvolver esta pesquisa é compreender a experiência das mulheres transexuais no mercado formal de trabalho, mas, sobretudo, discutir minhas próprias experiências como mulher transexual neste espaço.

Os Estudos de Gênero não se limitam a abordar exclusivamente as relações sociais entre os sexos (masculino e feminino), uma vez que as identidades de gênero são constituídas socialmente. Assim, os limites do sexo biológico não são os limites da construção das identidades, pois constituem-se em experiências plurais, em que o feminino ou o masculino são vivenciados pelas pessoas conforme suas trajetórias e escolhas. A pesquisa em tela se inscreve segundo essa perspectiva e é nos estudos sobre gênero, identidade de gênero e sexualidades que se fundamenta teoricamente.

Partimos do pressuposto que as mulheres transexuais são excluídas do mercado formal de trabalho devido à existência de uma norma de gênero que prevê uma correspondência entre o sexo biológico e a identidade de gênero. Tal fato às expõem e vulnerabilizam as experiências precárias de trabalho, como a prostituição.

A discriminação contra as mulheres transexuais¹ acontece desde os primeiros anos da educação formal. Esta as excluem das escolas pelas violências sofridas em seu cotidiano e, conseqüentemente, do mercado de trabalho, pelo baixo nível de instrução, mas acredita-se que este não seja o verdadeiro motivo que as tiram do mercado formal de trabalho. Os estigmas e vulnerabilidades são vivenciados tanto no âmbito familiar, escolar quanto no convívio social, repercutindo em suas possibilidades profissionais.

Convivi e senti esta realidade desde muito cedo, em que fui literalmente expulsa de todos os ambientes sociais: casa, escola, trabalho e sociedade como um todo. Tive minha identidade de gênero negada, o que repercutiu em mudanças significativas nas

¹ Don Kullick (1998), em seu trabalho “Travesti”, apresenta a realidade das travestis da cidade de Salvador que acompanhou por dois anos. Neste, explicita o conjunto de discriminações vivido pelas mesmas, sendo tais situações de exclusão e preconceito partilhadas pelas mulheres transexuais.

esferas pessoal, social e profissional, a partir dos 20 anos. Não entendia tamanha discriminação e preconceito; quando percebi estava morando na casa de uma cafetina, me prostituindo na rua para sobreviver, pelo menos para comer e ter onde dormir.

Deparei-me com uma realidade a qual não estava acostumada. Passei a conviver com cafetões, policiais, transexuais mais velhas, e clientes. Todos extorquiam e ameaçavam diariamente, seja por ponto, por drogas, por dinheiro ou outros interesses. Nunca compartilhei a ideia de associar travestis e transexuais com prostituição, sempre imaginei como inaceitável a situação que me fora imposta, ou seja, a de ter somente a prostituição como alternativa para viver.

Comecei a planejar minha vida a partir das limitações impostas pelo “sistema e suas dinâmicas”. Estes sustentam a ideia de que a tríade: identidade de gênero, sexo e sexualidade, devem e têm de estar referendada pela lógica binária e heteronormativa. As demais possibilidades de ser e estar nas relações sociais não são consideradas, pelo contrário, são estigmatizadas.

Comecei a participar das reuniões da Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), uma Organização Não-Governamental que atua na garantia de direitos humanos, da promoção de saúde e da discussão das políticas voltadas à população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual (LGBT). Situada em Florianópolis, era na ADEH que me sentia segura e com meus pares.

Em nossas discussões iniciais o que mais nos preocupava era a disseminação do HIV/AIDS e suas consequências, sobretudo, entre as que viviam da prostituição. No início dos anos de 1990, a prostituição era “criminalizada moralmente”, assim como quem dela sobrevivesse, ainda mais quando as mulheres eram transexuais ou travestis. As ações de informação e de prevenção ao vírus do HIV eram restritas, quase inexistentes em Florianópolis, o que aumentavam as preocupações e discussões na ADEH.

Naquele momento, a ADEH pautou-se em implantar um projeto que consistia em distribuir preservativos para as travestis e transexuais, sobretudo as que eram profissionais do sexo. As camisinhas eram distribuídas nas ruas e o projeto era patrocinado pelo Governo Federal, que o mantinha a partir de indicadores epidemiológicos sistematizados pelo Ministério da Saúde. No Brasil, as travestis e as transexuais eram o segmento com maior índice de contaminação por HIV. A campanha de prevenção foi direcionada principalmente para as que se prostituíam, pois estas foram atingidas de forma abrupta pela AIDS, por não terem conhecimento da síndrome e dos males causados por ela. Para Pelúcio (2009), o grande alvo do poder público, em preservar a vida, era os clientes das travestis e transexuais que se prostituíam e não elas.

Com 40 anos, depois da inserção no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), participei durante dois anos como pesquisadora bolsista do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS). Neste, por meio

da professora coordenadora D^a Miriam Grossi, percebi que poderia explorar e pesquisar a temática da transexualidades e mercado de trabalho, assim como torná-la pública para questionamentos e discussões.

Tal interesse foi reafirmado pela compreensão do exercício profissional do assistente social nas relações sociais. A profissão atua com a promoção de direitos sociais, civis e políticos, no sentido de potencializar o acesso da população aos serviços e instituições. Trabalha, portanto, com as dimensões de cidadania², das quais muitas mulheres travestis e transexuais não conseguem acessar, tampouco exercitar seus direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988.

Contudo, o tema mulheres transexuais e mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, é, ainda, pouco discutido e problematizado na produção teórica do Serviço Social, principalmente nas instituições de formação acadêmica. Ribeiro e Almeida (2013), em seu estudo na biblioteca eletrônica SCIELO, apontam a quase inexistência da discussão pelo serviço social, identificando apenas um artigo no qual um assistente social era coautor.

Em breve levantamento nas revistas de serviço social indexadas na SCIELO, Revista Katalisys e Serviço Social e Sociedade, a partir das palavras chave: “transexual”, “transexualidade”, “transexualizador”, “travesti”, “travesti e trabalho” e “transexual e trabalho”, identifiquei a ausência da discussão, uma vez que nenhuma publicação foi encontrada. Embora seja um tema relativamente novo, chama a atenção que não figure em periódicos importantes à veiculação dos estudos do serviço social, sendo esta uma profissão que trabalha com a defesa intransigente dos direitos sociais. Trata-se de uma população que tem uma realidade estigmatizada, que é excluída do convívio social e profissional, bem como destituída da maioria dos direitos fundamentais que asseguram a vida em sociedade, tais como: trabalho, moradia, educação, lazer e afeto.

Esse cenário sugere que o tema “transexualidade e mercado de trabalho” ainda não se constituiu como objeto de pesquisa da categoria, pelo menos não se fez representar nas principais revistas brasileiras do serviço social de projeção internacional. Entretanto, recentemente, esta questão vem sendo discutida entre os assistentes sociais, seja na atuação, seja nos debates relacionados à profissão. Algumas iniciativas indicam que essa realidade não pode ser desconsiderada pela categoria, tais como: Resolução n^o615/2011 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que garante aos assistentes sociais que se denominam travestis ou transexuais a utilizar seu

² Para Corrêa (1999, p. 217), cidadania implica “a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos a ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida. Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente”.

nome social na carteira e na cédula de identidade profissional; Dia Nacional da Visibilidade Trans com o tema “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito”, promovido pelo CFESS, em 2014; primeiro Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate, que aconteceu em São Paulo, no mês de junho do corrente ano.

Nesse sentido, refletir sobre transexualidade é visibilizar expressões que vão de encontro às representações hegemônicas dessas sujeitas, vistas pela sociedade como exclusivamente trabalhadoras sexuais. Ou seja, ao se projetar à temática, discutem-se também as exclusões vividas pelas mulheres transexuais, abrindo-se espaço para problematizar a forma como elas se reproduzem em sociedade através do seu trabalho.

Para Iamamoto (1998, p. 60): “[...] O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ele material, intelectual ou artístico”. Antunes (2005) complementa tal pensamento sobre a diferença entre o trabalho humano e dos demais animais. O autor justifica que o homem é o único ser que possui condições de premeditar sua ação no sentido de construir algo, uma vez que ele idealiza o objeto em sua mente antes de implementá-lo, visualizando ainda qual será o melhor método de realizá-lo.

Assim, é possível dizer que o trabalho é vital para o ser humano, pois, através do mesmo, o homem se realiza socialmente, ao mesmo tempo em que satisfaz suas necessidades físicas e sociais. Daí a importância de se entender a dinâmica que cerca o mundo do trabalho, suas transformações, possibilidades e entraves vivenciados pelas mulheres transexuais no mercado formal de trabalho.

Este trabalho aborda a experiência de mulheres transexuais no mercado de trabalho, em Florianópolis, com vistas a dar visibilidade ao binômio transexualidades e trabalho. Nota-se que se priorizou mulheres transexuais, por ser um tema caro aos profissionais que viabilizam políticas sociais em diferentes instituições e pouco explorado pela literatura³. De modo geral, essa relação é abordada quando os sujeitos da pesquisa são as travestis e transexuais⁴. Ademais, amplia a compreensão sobre as experiências em relação às barreiras e limites que as mulheres transexuais vivenciam ao tentarem ingressar em mercados diferentes da indústria do sexo e da estética.

O trabalho está estruturado em dois capítulos para abordar e discutir a exclusões dessas mulheres do mercado formal de trabalho. Entende-se que tal realidade relacionada à vida profissional não está desconectada de todo um contexto social, uma vez que se estrutura na e pela ordem social estabelecida pela maioria, como é o caso das

³ BENTO, 2011, 2008; ; SILVA, 1993

⁴ KULICK, 1998); (SILVA, 1993, 2007

questões relacionadas à identidade de gênero e às sexualidades. Destacou-se, portanto, as experiências e trajetória profissionais vivenciadas por mulheres transexuais.

A primeira seção traz uma revisão e discute noções teóricas sobre os estudos de gênero, em particular, as categorias gênero e experiência, com destaque às experiências das mulheres transexuais, que não se reconhecem em seu corpo e ultrapassam os padrões heteronormativos de gênero e sexualidade. Situa a experiência sob a ótica das articulações históricas e sociais e não somente pelo o olhar da medicina, que trata a identidade de gênero não correspondente ao sexo biológico como um distúrbio que precisa ser corrigido. E, por último, aborda a relação experiência das transexuais e mercado formal de trabalho, projetando as dificuldades e realidades enfrentadas pelas mulheres transexuais ao tentarem inserir-se em outras profissões que não a de profissional do sexo.

A exclusão e o preconceito social sofrido por elas perpassa o âmbito familiar e escolar, culminando em sua vida profissional. Questões como o uso do nome social, o uso do banheiro e o machismo perpetrado e cultuado por uma norma imposta, em que o corpo deve estar necessariamente de acordo com o sexo biológico, são algumas barreiras enfrentadas por essas mulheres no campo profissional que chamam a atenção e são discutidas ao longo desta seção.

A segunda seção apresenta a análise dos dados, iniciando com o perfil de nossas sujeitas entrevistadas, que responderam às condições que foram previamente colocadas para que pudessem fazer parte do corpo deste trabalho, a saber: denominar-se mulher transexual, ter 40 anos ou mais e residir na cidade de Florianópolis no momento da pesquisa. Abordou-se, ainda, o processo de adequação corporal e as consequências sofridas com as mudanças do corpo, tais como o preconceito e a exclusão do convívio social, além de suas experiências no campo do trabalho formal, após a adequação do corpo a sua identidade de gênero. Por último, discutiu-se as perspectivas de vida em relação ao futuro, sobretudo, profissionalmente, bem como as vantagens e desvantagens do amadurecimento, após os 40 anos, e da vivência como mulher transexual.

2 Gênero, transexualidades e trabalho: uma discussão teórica sobre os conceitos.

Quando se age e se procura reproduzir a/o mulher/homem “de verdade”, desejando que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona legitimamente na ordem de gênero, nem sempre o resultado corresponde àquilo definido e aceito socialmente com atos próprios a um/ a homem/mulher. (BENTO, 2008. p.43).

Nessa seção, abordamos os conceitos de gênero e transexualidade para discutir a relação “mulheres transexuais e trabalho”. Através desses conceitos, compreendemos as crenças e valores sociais que informam a construção das identidades e da vida em sociedade. Os mesmos delineiam uma suposta experiência coletiva para as mulheres transexuais, qual seja: quase sempre a da prostituição. Entretanto, algumas resistem a essas normas e têm possibilidades de construir experiências profissionais no mercado formal de trabalho.

2.1 Em debate o conceito de gênero

Podemos afirmar que o sentido do conceito de gênero surgiu com a feminista Simone de Beauvoir. Foi através da obra “O Segundo Sexo” (1949) que lança a celebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com esta, a autora chama a atenção para as construções sociais que dizem o que é ser homem e, sobretudo, o que é ser mulher. De certo modo, questiona o fundamentalismo biológico, ao afirmar que o fato de a mulher possuir útero, de nascer com o sexo feminino, não garante que sua identidade seja feminina.

Nos anos de 1960, o termo *identidade de gênero* foi utilizado por psicólogos americanos, dentre eles Money e Stoller, para falar das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Partindo desta ideia, Santos (2014) defende que:

O conceito de gênero trouxe novo fôlego aos estudos sobre sexualidade ao apontar os limites impostos pela abordagem biométrica e essencialista das diferenças entre homens e mulheres. A possibilidade de pensar “a certeza interna do que somos” para além da anatomia e genitália do corpo proporcionou a reflexão sobre como as identidades sexuais e de gênero são gestadas e sua relação com as normas comportamentais previstas para cada corpo sexuado (p. 80).

Para a autora Berenice Bento (2008), nos é ensinado desde sempre que a sexualidade normal é a heterossexual, e que está associada às identidades de gênero que lhes correspondem, afirmando assim que:

“As “confusões” que uma criança faz ao misturar os dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas pelo olhar atencioso das instituições, como um indicador de uma homossexualidade latente. Nessa hora, entra o controle produtor: “Isso não é coisa de menino/a!. Controle produtor porque produz masculinidades e feminilidades” (p. 42).

Defende a ideia de que as instituições sociais produzem corpos sexuados heterossexuais, instituídos através de roupas, gestos e olhares. Estes são sinais exteriores que darão razão e visibilidade aos corpos, e seus usos e repetições serão verdades únicas do que seja o masculino e o feminino, embora fundamentados na crença de que são determinados pela natureza. As formas idealizadas das identidades de gênero geram hierarquia e exclusão. “Os regimes de verdade estipulam que determinadas expressões relacionadas com o gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, condenando a uma morte em vida, exilando em si mesmos os sujeitos que não se ajustam às idealizações” (BENTO, 2008, p. 44).

Para Butler (1993;2003), ainda que a morfologia dos sexos remeta a uma binaridade, o gênero não deve ser reconhecido da mesma maneira ou como um simples reflexo do sexo anatômico, pois isto os torna tão fixo e determinado quanto os aspectos biológicos. A autora trata o sexo como algo discursivo, interpretado culturalmente e sobre o qual se constrói artificialmente o gênero, ou seja, como algo produzido e tão construído quanto este último, resultado de uma norma cultural reiterada continuamente, que serve para estabilizá-lo. Nessa perspectiva, os sistemas de sexo-gênero seriam efeitos de práticas reguladoras, que constituem e mantêm identidades inteligíveis. Isto é, identidades que conservam relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, a partir de determinadas normas de gênero.

Portanto, para a autora, são as práticas humanas que tornam possíveis espectros de descontinuidade e coerência em relação às normas existentes, viabilizando um território de exclusão e a noção de que há um verdadeiro “sexo”. Bento (2008) denomina de “sexualidades desviantes” a ausência de associação entre identidade de gênero, orientação sexual, sexualidades, e sexo biológico, ou seja, a não correspondência entre sexo-identidade-performance. É através das performances e normas de gênero que as “sexualidades desviantes” são controladas, pois mantém a ideia de *vagina-mulher-feminino* e de *pênis-homem-masculino*. Tal compreensão se impõe como norma, estabelecendo o que é normal e o que está fora do normal, do “aceitável”, e está intimamente ligada ao binarismo heterossexual. Segundo a autora, denominado de gêneros inteligíveis por estarem condicionados a manter o que entendem por normal.

Para Bento (2008), os corpos que fogem ao padrão dos gêneros inteligíveis se põem em risco, pois desobedecem as normas, mas, igualmente, abrem possibilidades para sair da lógica binária. Esse processo de fuga vem acompanhado de dores, medos e conflitos.

As dúvidas [...] levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir. Quais os mecanismos sociais produzem nas subjetividades essa sensação de anormalidade? Como as instituições operam para serem eficazes no seu intento de naturalizar os gêneros?” (BENTO, 2011, p. 549).

Outra autora que guia nossa discussão e nos ilumina com suas ideias sobre o sistema sexo e identidade de gênero é Guacira Louro (2008). A qual aborda a transposição destas variáveis que versam a respeito das identidades de gênero.

Mulheres e homens que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/ verdadeiros” mulheres e homens... (LOURO, 2008, p. 34).

Nesse sentido, normalizar significa eleger, arbitrariamente, uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

A patologização das identidades, autoriza, confere poder aqueles que estão no centro para realizar com as próprias mãos a “asepsia” que deixará a sociedade livre da contaminação. É a patologização das identidades distribuindo humanidade, proferindo sentenças e castigos aos que ousam romper a lei (Bento, 2008 p. 174).

A autora defende que a tentativa de fixar identidades de gênero nada mais é do que uma tentativa de aprisionar os indivíduos aos padrões vigentes. Este é um processo sutil pelo qual o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença.

Para Scott (1994), não se pode entender o corpo fora da cultura, pois nenhuma experiência corporal existe fora dos processos sociais e históricos de construção e significados. A família, a infância e a sexualidade são alguns exemplos que desde sempre vêm associados à natureza e retirados da ação do homem, visto como se fossem únicos. Scott, através de seus estudos, procura desnaturalizar esses domínios. Segundo ela,

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p.13).

Dessa forma, percebe-se que para a autora há dois sentidos intrinsecamente presentes na categoria *gênero* a ser discutidos: o primeiro está pautado na diferença

sexual, e o segundo é uma forma primária de significar as relações de poder. O primeiro sentido vai problematizar a identidade como mera decorrência dos corpos e órgãos sexuais. Logo, a categoria gênero não se resume a descrever o que é ser homem e o que é ser mulher construídos socialmente. É, antes, uma categoria fundamental por meio da qual se compreende os sentidos destinados às atribuições e lugares dos sujeitos nas relações sociais. Ou seja, é uma maneira de dar visibilidade à forma como se organizam as relações sociais (roupas, profissões e banheiro separado por sexo) e se constroem as identidades pessoais (meninos, homens e meninas, mulheres).

Em relação ao segundo sentido, Scott (1994) afirma que a categoria gênero carrega embutida em seu significado uma noção de poder impregnada nas relações sociais cotidianamente, fundada sobre as diferenças percebidas entre ser homem e ser mulher. Ao mesmo tempo, a considera um importante e potente instrumento metodológico e teórico, sobretudo, politicamente útil para as feministas na luta pela igualdade entre homens e mulheres no âmbito das convivências familiar, social e profissional. Logo, “gênero é tanto um elemento construtivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder” (SCOTT, 1988, p. 42).

A autora, ainda, chama a atenção para as relações de poder existentes na linguagem, no comportamento e nos equipamentos institucionais. Sugere a desconstrução como método para contestar as histórias e seus paradigmas.

uma historicização é uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual [...] analisando no seu contexto a maneira pela qual opera toda oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, ao invés de aceitá-lo como real, como dado ou como estando na natureza das coisas (SCOTT, 1988, p. 22).

Para Grossi (1989), o conceito de gênero é oriundo da teoria feminista, e está intimamente ligado à sexualidade. Os estudos feministas problematizam e desmistificam a relação estabelecida entre o biológico e os comportamentos sociais de homens e mulheres, e estes como resultado do primeiro. A autora defende a ideia de que identidade de gênero e sexualidade estão ligados ao objeto de desejo. É uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual.

2.2 A transexualidade e a noção de experiências

Berenice Bento (2008), ao discutir a transexualidade, destaca que o termo mais adequado é experiência transexual. Segundo a autora, a transexualidade não é uma pessoa, ela remete às experiências vividas pelos sujeitos, dotadas de subjetividades e de condições internas e externas, podendo variar de acordo com a vida e vivência da(o) transexual.

No entanto, os sentidos e os significados do que é ser transexual ultrapassa as convivências sociais, pautadas em compreensões heteronormativas (normas heterossexuais), e binárias (masculino e feminino), necessariamente ligadas ao sexo. Para Laqueur (2001), o binarismo masculino/feminino é considerado uma forma de poder e controle, pois tem a função de assegurar as diferenciações e a noção de complementariedade do sexo, além de manter, sustentar e reproduzir os valores do grupo ao qual o indivíduo pertence.

A mulher transexual rompe a ideia de sexo relacionada ao gênero. Sua expressão corporal, através das transformações estéticas e do ser social, foge das normas e valores impostos pelo padrão que está posto. Partindo desta realidade, considera-se que a grande polêmica está no reconhecimento de uma identidade negada, ou seja, o corpo está incoerente com seu psiquismo e, por isso, acabam sendo tratadas como indivíduos com transtornos.

As múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social não pode ser reduzidas a categorias ou classificações unificadoras, pois estas, ao tornar equivalentes visões de mundo e identidades às vezes antagônicas, podem ser arbitrárias(BENEDETTI, 2005, p.17).

Nota-se que a transexualidade foi, ao longo dos anos, tema de pesquisa ligado à patologia, ao campo da subjetividade, especialmente das áreas das ciências da saúde e ciências humanas (psicologia). Foi por elas classificada como: disforia de gênero, síndrome do transtorno de gênero, transexualismo, entre outras denominações. Segundo Daniela Murta (2014, p. 103), a transexualidade foi tratada como uma desordem mental, como explica:

Diante do que foi exposto, é possível perceber que a categorização da transexualidade como entidade nosológica psiquiátrica e a definição do seu tratamento, com a adequação das características físicas à identidade de gênero daqueles que vivenciam esta experiência, esta relacionada a necessidade de formalização da prática de modificações corporais do sexo, no século XX. O imperativo de estabelecer critérios seguro de acesso às técnicas de alteração das características sexuais e protocolos éticos de atenção que atendessem à “finalidade terapêutica” de restauração da coerência entre o sexo e o gênero e, portanto, da normalidade tornaram a confirmação do diagnóstico de “transexualismo verdadeiro” condição para realização de

tais procedimentos e a prioridade da assistência à realização da cirurgia de resignação do sexo.

Nesse sentido, a patologização da transexualidade orienta “*práticas reguladoras, e que o acolhimento da demanda por modificação corporal do sexo se constitui um dispositivo de adequação dos corpos à normatividade sexual...*” (MURTA, 2014 p.106). Segundo a autora, a medicalização da experiência transexual é uma atualização das normas de gênero, que influencia diretamente nas políticas de “inclusão” oferecidas pelo Estado de adequar o gênero ao sexo, para depois ter seus nomes trocados nos documentos e serem reconhecidas como sujeitas políticas e cidadãs na sua integralidade.

Caso o diagnóstico de “transexualidade verdadeiro” não se confirme e/ou o desejo de restauração da normalidade não esteja evidente, as modificações corporais do sexo, ou pelo menos sua disponibilização de forma segura, são negadas, restando aqueles que demandam por elas permanecer vulneráveis aos efeitos nocivos da exclusão da assistência formal. Nesse aspecto:

A pluralidade de experiências de vida e de respostas para os conflitos existentes para a relação entre o corpo, identidade de gênero e sexualidade se reflete na hora que se tenta encontrar um termo que feche, cristalice e substancialize suas histórias. Provavelmente, esse é um debate sem solução definitiva (BENTO, 2006, p.220).

Para Bento (2008, p.19), “A transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo”. Logo, os diagnósticos e as compreensões são oriundos de construções históricas e teóricas (BENTO, 2006)⁵, que contrariam a ideia e visão dinâmica de produção de identidade de gênero como um fenômeno constituído a partir das experiências sociais do sujeito. Fica, então, a indagação de como desviar uma identidade que é identificada e produzida pelo próprio sujeito em sociedade?

Se por um lado a compreensão da condição transexual como uma anormalidade garante o direito de transformar as características sexuais, sob a justificativa de que esta é uma necessidade médica, e, nesse sentido, a resignação do sexo tem um caráter de beneficência por promover a saúde e bem estar a transexuais. Por outro, sua qualificação como uma doença, cujo diagnóstico é condição de acesso ao cuidado e o

⁵ DSM IV- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (American Psychiatric Association, 2002). Nessa chave de interpretação as travestis e transexuais são vistas como indivíduos com comportamentos desviantes de identidade de gênero.

propósito normalizador das intervenções médicas, limita os direitos de auto determinação do gênero e de dispor do próprio corpo dos sujeitos que se identificam como trans.

Logo, tal enquadramento tem possibilitado o acesso de mulheres e homens transexuais ao processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e, igualmente, a condição de “doentes”. “Na condição de “doente”, o centro acolhe com prazer os habitantes da margem para melhor excluí-los” (BENTO 2008, p.22). Hormônios, cirurgias e cirurgias de transgenitalização são disponibilizados como direito das mulheres e homens trans, desde que respondam às normas sociais de gênero, que vem ao encontro da manutenção do binarismo heteronormativo.

A Portaria n. 1707, de 2008, do Ministério da Saúde (MS), reafirma tal concepção, e justificava o não acesso das travestis aos serviços de transexualização pelo fato de elas não desejarem adequar seu sexo a sua identidade de gênero. Assim como as transexuais, elas também necessitam dessa política para adequar seu corpo a seu gênero. “Todo sujeito tem um sexo e a tarefa da ciência é desfazer os disfarces da natureza e determinar o sexo verdadeiro a partir de um exame minucioso do corpo” (BENTO, 2006, p. 119).

Estudos⁶ acerca da transexualidade, que ultrapassam a leitura da patologia, tem sido realizado pelas Ciências Sociais, principalmente pela antropologia e sociologia, embora focados nas experiências LGBT. Contudo, ainda existem poucas pesquisas que se preocupam em abordar o acesso das mulheres transexuais aos direitos e à cidadania, com destaque às experiências com o trabalho formal.

Pesquisadores que tratam da temática, dentre eles Moreira (2012), Bento (2008), Swain (2001), Scott (1999) e Teixeira (1999), mostram que as experiências são constituídas pelos sujeitos e os constituem, sendo os mesmos resultados das práticas sociais. Partindo deste princípio, Joan Scott (1999), em seu texto “Experiências”, destaca que para tornar visível a experiência de um grupo diferente, deve-se expor a existência de mecanismos que reprimam suas expressões.

Ao abordarmos o conceito de experiência é importante considerar que podem ser entendidas como crenças ou percepções. A experiência é nada mais do que um processo em que a subjetividade é constituída e o indivíduo se coloca ou é colocado na realidade social. Para Teresa de Laurettis (1994, p.28) “*a experiência é um complexo de efeitos e*

⁶ BENTO, 2009; LOURO, 1999; PELÚCIO, 2012; SILVA, 1993

hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam na interação semiótica do eu com o mundo exterior.” A autora defende que a experiência pode ser vivida só ou coletivamente no dia-a-dia, necessitando de interpretação de seus significados com riquezas de detalhes. Ainda de acordo com a autora,

Experiência é o processo pelo qual, para todos os seres sociais, a subjetividade é construída. Através desse processo se coloca ou é colocada na realidade social e, assim, percebe e compreende como subjetivas (que se originam dos indivíduos e se referem a ele próprio) aquelas relações materiais, econômicas e interpessoais que são, de fato, sociais, e, numa perspectiva maior, históricas (LAURETTIS, 1984, p.159)

Sua compreensão permite desconstruí-la como auto-evidente ou essencialista, situando-a partir da história de como a experiência constrói sujeitos. As experiências da transexualidade são caracterizadas, principalmente, pelo fato de os indivíduos se sentirem pertencentes à identidade de gênero oposta da sua constituição anatômica, do seu sexo biológico. Algumas dessas pessoas possuem mesmo uma repulsa pela sua aparência física e a constante obstinação em obter as características corporais e comportamentais da outra identidade de gênero (ROAMSEY, 1996; CHAVES, 1994).

No funcionamento interno das lógicas de diferenciação social, a diferença existe, mas não dá para entender como se constitui racionalmente. Para isso, segundo Scott, *“temos que dar conta dos processos históricos, que através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que a experiência produz”* (1998, p.27).

Bento (2006) agrega ao debate sobre experiência a importância de projetar os sujeitos que falam, em detrimento de pesquisadores ou de noções teóricas fechadas. De acordo com a autora,

A ideia de experiência como produtora da subjetividade me pôs diante da difícil tarefa de, simultaneamente, inserir as histórias dos sujeitos que vivem a experiência transexual em contextos mais amplos e não apagar suas vozes com classificações que pressupõem uma unidade interna, uma coesão e uma *unidirecionalidade* – opção que produziria uma essencialização e universalização da experiência” (BENTO, 2006, p.99).

Nesse sentido, os depoimentos relatados pelas mulheres transexuais entrevistadas registram mais do que suas histórias sobre sua relação com o mercado formal de trabalho; eles materializam experiências, sentimentos e “vozes”, que se quis dar visibilidade para compreender.

2.3 Experiência laboral e transexualidade

O trabalho representa uma fonte de identificação e inserção social dos sujeitos, e contribui em diversos aspectos para que o ser humano desenvolva suas potencialidades e encontre um sentido para sua existência na sociedade. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (1944/45), definem o ser humano como ser de necessidade e desejo, nascido na natureza e da natureza, que trabalha, produz, cria e atinge a plenitude. Pelo trabalho, rompe com a animalidade, pois, diferentemente dos animais, não se adapta à natureza, mas busca dominá-la e transformá-la e o faz adaptando-a para seus fins.

Para Karl Marx (1914-1983), a atividade exercida pelos seres humanos é responsável por torná-los seres sociais que constroem a si próprios ao modificarem a natureza, diferenciando-os dos outros animais. Graças à sua própria atividade, os indivíduos contraem determinadas relações com a natureza e entre si no seu trabalho, as relações sociais de produção, relações estas fundamentais para qualquer sociedade humana. Estes não podem se desligar delas, porque delas depende a sua existência, comprometem-se nelas, sendo, portanto, determinados por elas. Isso faz com que as suas vidas sejam determinadas pelo modo como trabalham, ou seja, pelo modo como produzem a sua existência.

Discutir o conceito de experiência de gênero e sua relação com o trabalho, nos leva a entender a existência de uma matriz heterossexual (BUTLER, 2010). Esta atua de forma compulsória, constituindo não somente o que é normal, mas também as identidades e as possibilidades de existência do que pode ser considerado anormal. Os discursos construídos a partir dessa matriz chamam a atenção pelo fato de evidenciarem a discriminação no universo laboral e o medo da diferença, assim como das anormalidades pré estabelecidas.

Para um número significativo de mulheres transexuais, o mercado de trabalho se fecha e as opções encontradas para produzirem sua existência são a indústria do sexo, como trabalhadoras sexuais, funcionárias de boates e saunas, e a indústria estética, como cabeleireiras, costureiras, depiladoras ou maquiadoras. Tais experiências além de retratarem a exclusão de diferentes instituições, por vezes, são naturalizadas como as mais viáveis a estas mulheres.

Estudos⁷ apontam que a prostituição continua sendo a profissão mais acessível e mais próxima da realidade de travestis e mulheres transexuais. Segundo estudos da Associação Nacional das Travestis e transexuais (ANTRA), atualmente, 90% delas estão se prostituindo em todo o Brasil. As travestis e mulheres transexuais que não se prostituem, trabalham em profissões subalternas, ganhando baixos salários, submetendo-se a conviver com toda a violência imposta por seus patrões e colegas de trabalho, e a terem suas perspectivas de ascensão funcional estagnadas pelo preconceito.

Nota-se que as dificuldades enfrentadas por mulheres transexuais para se inserirem no mercado de trabalho envolvem um conjunto de situações. Uma delas se inicia ainda no processo de escolarização, devido às recorrentes discriminações sofridas no ambiente escolar. Sem o respeito a sua identidade de gênero por professores (as) e alunos (as), elas (eles) acabam por abandonar os estudos e, após, enfrentam problemas para conseguir empregos não precarizados.

Nesse sentido, Almeida, Pilar e Gebrath (2014) afirmam que a baixa escolarização diminui as possibilidades dessa população em ocupar postos de trabalho com vínculo empregatício e usufruir de todos os direitos trabalhistas e previdenciários. Contudo, a escolaridade é uma variável para explicar os processos que as levam ao desemprego ou ao subemprego, não sendo a única.

Outra situação envolve a seleção, o recrutamento e a posição de empregadores ou recursos humanos, que quando percebem as candidatas como travestis ou transexuais, alegam que a vaga foi preenchida ou que não se adequam ao seu perfil. Aquelas que conseguem passar pelo processo seletivo, ainda encontram muitos empecilhos ao solicitarem a utilização de seus nomes sociais e o uso do banheiro, conforme a identidade de gênero.

Sob o aspecto da inserção no mundo do trabalho e da geração de renda, esta é uma experiência altamente limitadora para várias mulheres e homens transexuais, porque embora possam gozar subjetivamente e nas relações cotidianas da satisfação com a própria identidade (a partir das transformações corporais), sem adequação dos documentos permanecem ou acentuam sua clandestinidade, vivendo situações constantes em que são questionados e, eventualmente, discriminados (ALMEIDA, PILAR, GEBRATH, 2014 p.194).

⁷ BENTO, 2008; KULICK, 2008; SILVA, 1993

Vivem, ainda, outras formas de discriminação e são alvo de ‘brincadeiras’ ofensivas”⁸. A exclusão se reflete na baixa proporção dessa população que consegue uma vaga no mercado formal de trabalho, por não conseguirem se encaixar na matriz heterossexual binária de gênero.

⁸ Dados obtidos no site <http://www.apadep.org.br/noticias/defensoria-publica-de-sp-promove-audiencia-publica-insercao-de-travestis-e-transexuais-mercado>. Acesso em 18- 07- 2015.

3. Uma aproximação às “vozes” das Entrevistadas: quando o preconceito mascarado pelo todo reprime, oprime e exclui

Apresentamos nessa seção os resultados da pesquisa. Esta teve uma abordagem qualitativa, pois a ideia foi projetar traços subjetivos e particulares de nossas entrevistadas, não mensurados, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis.

Este método, segundo Gondin (2002), permite a exploração de determinadas questões que o método quantitativo não consegue abordar. Parte da premissa de que a ação humana tem um significado que não pode ser apreendido do ponto de vista quantitativo e objetivo. Envolve estudos do comportamento humano e requer maior proximidade com o objeto de pesquisa. As subjetividades escondem brechas que podem fazer diferenças no resultado final da investigação.

Os dados, oriundos de entrevistas semiestruturadas, pautaram-se em informações relacionadas diretamente ao objeto da pesquisa. Nesse sentido, foram abordadas questões que possibilitaram desvendar o real motivo que leva à exclusão das mulheres transexuais do mercado formal de trabalho. As entrevistas foram realizadas nos meses de maio e junho de 2015, em Florianópolis, simultaneamente à elaboração teórica do estudo. Foram realizadas seis entrevistas guiadas por um roteiro (anexo I), que incluía perguntas relacionadas: ao perfil das entrevistadas; às adequações corporais; às mudanças decorrentes da apresentação da identidade feminina; ao trabalho; à maturidade; às expectativas com o futuro.

As reflexões que seguem às falas transcritas das entrevistadas foram guiadas pelas leituras e pelas discussões apresentadas na primeira seção. Um dado importante a ser destacado é a minha própria vivência transexual. Esta ajudou a estabelecer os vínculos com a rede de mulheres e chegar a elas, que prontamente colaboraram. Estas fazem parte de uma rede de amizade que mantenho com várias transexuais de Florianópolis. O contato e seu consentimento foram relativamente fáceis, pois são guiadas pelo interesse em contribuir com pesquisas que dêem visibilidade a suas realidades. Muitas delas, ainda, lutam pela inserção no mercado de trabalho. Acredito que a dimensão social das reflexões passa pelas marcas e pelas transformações compartilhadas, que, entendemos, estão articuladas ao conceito de experiência.

Os critérios de composição do *corpus* compreenderam as seguintes informações: as entrevistadas se autodenominarem mulher trans; terem quarenta anos ou mais;

residirem em Florianópolis. O foco era esse segmento no âmbito da população LGBT, uma vez que a literatura sobre as trans é incipiente se comparada à produção voltada às lésbicas, aos gays e travestis.

O recorte etário sugere um caminho percorrido de procura e de dificuldades em relação ao mercado laboral, além de experiências acumuladas. Ademais, a maturidade das entrevistadas agrega experiências de vida, especialmente, profissional se comparadas às mulheres transexuais jovens. Isto é, há um acúmulo em seu percurso de vida, sendo comum entre as mulheres transexuais a morte precoce. Os hormônios em excesso, a injeção de silicone industrial, as cirurgias mal sucedidas por cirurgiões de fundo de quintal, o uso excessivo de drogas e álcool, as doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo, a AIDS, e a transfobia vivida em todos os espaços públicos, principalmente como profissional do sexo, fragilizam a segurança e proteção, bem como o processo de saúde das mulheres transexuais.

Atualmente, o Brasil é campeão nos números de homicídios entre travestis e transexuais (CARRARA, VIANNA, 2006). A maioria dos casos fica impune, e as mortes, quase sempre, são motivadas por transfobia durante o trabalho nas ruas, como profissionais do sexo⁹. De acordo com dados da ANTRA (2015), somente em 2015 foram 121 casos de travestis assassinados em todo o Brasil, mas pode ser bem maior devido ao alto índice de subnotificação. A única maneira de diminuir esta violência seria aprovar o Projeto Lei n° 122/06, que tornaria crime a homofobia (orientação homossexual masculina), lesbofobia (orientação homossexual feminina) e transfobia (travestis e transexuais).

As análises das entrevistas foram guiadas pela tentativa de acessar os temas e seus sentidos (BARDIN, 2009) presentes nos relatos das mulheres, a partir do conjunto de experiências referentes à relação transexualidade e mercado de trabalho. Seus nomes foram substituídos pela letra T, por ordem de entrevista, conforme recomenda a Resolução n° 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

A organização e análise dos dados explicitam: o que as levaram à construção de uma identidade de *mulher transexual*; as mudanças com a construção do feminino; as posições das entrevistadas sobre as mudanças do corpo e do nome social; as experiências de preconceito: na família, no ambiente escolar, nos demais ambientes sociais e em instituições públicas e privadas; a necessidade de criar novos vínculos de

⁹ Ver ainda: site <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-07-18>. Acesso em 18/ 07/ 2015.

amizade; a associação da imagem mulher travesti/ transexual no comércio do sexo. Os resultados são apresentados segundo os temas e seus núcleos de sentido, sendo priorizados na análise aqueles que responderam diretamente o objeto de estudo.

3.1. Perfil das Entrevistadas

Apresentamos nessa seção o perfil das mulheres transexuais entrevistadas. Das seis, apenas uma utilizou o termo mulher-travesti: “*identifico-me **mulher travesti**, minha orientação sexual é heterossexual*” (T4). Embora o recorte da pesquisa fosse com mulheres trans, a experiência extrapola os critérios e desenhos teóricos, indicando a riqueza dos processos identitários, conforme sinaliza Bento (2006).

Nota-se que os termos transexuais e travestis são carregados de sentidos, construídos cotidianamente. De forma pejorativa, travesti é relacionado ao masculino - o travesti -, para depreciar ou ironizar aquele sujeito que se apresenta com uma identidade feminina. É possível, ainda, listar um conjunto de termos para se referir à travesti, como: “traveca”, “trava”, traveção”, entre outros. De modo geral, o sentido desqualifica a pessoa e está relacionado à marginalidade e prostituição.

Por essa razão, muitas preferem denominar-se transexual, para fugirem do estigma e não se resumirem à condição de “aberrações” (BENTO, 2006). Outras, alegando motivações políticas, denominam-se mulheres travestis e evitam associar sua identidade à visão patolologizante. Entretanto, o consenso ocorre no reconhecimento de que tanto as travestis quanto as transexuais querem ser vistas como mulheres, não sendo a genitália definidora de identidade de gênero. Tal entendimento contraria, assim, o apregoado pela medicina.

Considerava-se que todas as pessoas transexuais atrelavam sua reivindicação de mudanças de gênero à realização das cirurgias. Nos últimos anos, esta centralidade começou a ser relativizada por pessoas transexuais que reclamam a mudança do gênero e não a condicionam à cirurgia. Essa relativização assumida aumentou o embaralhamento das fronteiras identitárias. (BENTO, 2008 p.73).

No campo acadêmico, a dinâmica se repete e a construção de terminologias e sentidos para explicar as identidades de gênero e suas subjetividades ganham volume, conforme a produção de conhecimento se desenvolve. Há, portanto, uma tentativa de compreender o que empiricamente é vivido por travestis e transexuais, a partir de

critérios acadêmicos e científicos. Tal fato sugere que as definições são datadas e localmente situadas. Segundo Pelúcio (2009, p. 44),

travesti refere-se a pessoas que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente tido como próprio do feminino. Não desejam, porém, extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos.

Diferentemente das travestis, as transexuais, segundo Benedetti (2005, p.114), *“negam qualquer potencial erótico do órgão genital masculino, elas não aceitam utilizar o pênis para o prazer porque, em sua visão, as mulheres não têm pênis”*. No ano seguinte, Bento (2006) amplia a discussão, distancia-se da compreensão de Benedetti (2005), ao afirmar que identificou em seus estudos

transexuais que assumiam a vergonha em admitir que se masturbavam temendo serem desacreditados na sua sexualidade, afinal *“se a identidade transexual”* foi caracterizada pelo horror às genitálias, seria impensável, sob essa perspectiva, admitir que é possível obter algum tipo de prazer com elas (BENTO, 2006, p. 190).

Minha experiência de quase 20 anos convivendo com travestis e transexuais mostrou que havia consensos entre nós. Primeiro, todas, sem exceção, faziam questão de serem tratadas pelo nome social feminino que escolheu.

Eu tenho um cunhado que disse na minha cara que não vai chamar pelo nome feminino nunca, só que não tem, ele tem que começar a habituar a chamar pelo nome que me identifico, não que eu dou importância a essa porcaria, não dou, mas o problema é que às vezes eu vou na casa dele e tem festa com pessoas que nem conheço e ele fica me chamando pelo nome de registro e eu me sinto super constrangida e olha que eu nem sou de me constranger Laura, mas eu fico, porque daí são pessoas que eu não conheço né. Uma coisa e tá família mesmo ali e tal tudo bem mas, outra coisa eu tá com pessoas que eu nem conheço e o cara fica me chama pelo nome de registro, eu fico doída. Eu já falei com ele, tu não que me chamar de T1, chama por J, pelo menos não fica tanto masculino né, fora isso tudo bem na minha família (T1).

E, segundo, cada uma definia-se a seu modo, ao modo como se vê no meio social. A autodenominação estava relacionada às circunstâncias e necessidades, que poderiam mudar. Poucas vezes foi discutida a sexualidade; o que se avaliava era o quanto havia de feminilidade entre nós para definirmos o grau de transexualidade ou travestilidade de nossos pares. Contraditoriamente, recorria-se a referências

estabelecidas como padrões na sociedade, retratando, de certo modo, uma visão essencialista. “As transexuais parecem negar, em suas explicações e justificativas, a ambiguidade, a principal característica que constrói e define as travestis” (BENEDETTI, 2005, p.114).

Todas as entrevistadas passaram por processos de adequações corporais e compartilham experiências, bem como realidades semelhantes na procura da auto-realização no mundo do trabalho. Merece destaque o fato de as entrevistadas não apenas residirem em Florianópolis, mas serem nascidas no município. Apenas uma havia migrado do estado do Rio Grande do Sul, quando ainda era jovem. A migração, segundo T3, foi a forma encontrada para preservar a família das decorrências do processo de adequação corporal a sua identidade de gênero e da violência do interior que, segundo ela, por se tratar de uma capital, Florianópolis seria mais fácil viver com a nova identidade, com o novo gênero.

(...) vim pra cá porque eu estava me transformando, com 21 anos mais ou menos, me identifiquei como mulher e minha cidade era muito perigosa, fui assaltada lá, fui esfaqueada e me decepcionei com a cidade e resolvi vir embora pra cá porque aqui eu achava que seria mais fácil, por ser uma capital e tinha. eu achava que ele[pai] ia me dá uma força moral né, mas chegando aqui não tive força nenhuma, tive que me virar sozinha. Eu é que quis sair para o mundo pra não perturbar a família, os vizinhos, primos e tudo. Mas sempre fui acolhida pela minha família, graças a Deus, nunca tive problemas” (T3).

Todas tinham residência fixa e não se afastaram de Florianópolis nos últimos anos; diferentemente de quando eram jovens, que sentiam a necessidade de migrar para outras cidades para ter novos clientes. Os estudos de Bento (2006) e Silva (1993) contribuem para pensar sobre essa realidade. Segundo os/as autores/as, há uma tendência de os clientes não repetirem programas com as mesmas mulheres travestis, o que as leva a viajar e mudar de moradia permanentemente.

A partir da experiência que tive como profissional do sexo, reafirmo os resultados apontados por Bento (2006) e Silva (1993), pois percebi que os homens sentem a necessidade de “experimentar” todas, através de visitas a sites ou às ruas. Explicações para a troca sexual constante de parceiras podem estar no campo do fetiche, do não envolvimento emocional, da novidade, entre outras.

Em relação à orientação sexual, das seis entrevistadas somente uma (T6) denominou-se homossexual, afirmando que mantém relações sexuais com homens. Tal fala sugere um desconhecimento sobre as discussões que envolvem as relações de

gênero. As demais se compreendem como heterossexuais, na condição de mulheres que mantêm relações sexuais com pessoas de sexo ou de identidade de gênero diferentes da sua. Ao contrário de como as transexuais se identificam sexualmente, entendo que a compreensão que atravessa as relações sociais é de que somos homossexuais, pois fazemos sexo com outros homens. Ignoram nossa identidade de gênero feminina.

Vale ressaltar que a identidade de gênero diz respeito a como a pessoa se apresenta e se identifica socialmente. Em uma leitura heteronormativa, ela está diretamente relacionada ao sexo de nascimento: vagina-mulher-identidade de gênero feminina; pênis-homem-identidade de gênero masculina, devendo o comportamento social corresponder a esse sistema. A lógica binária, ancorada no fundacionalismo biológico, não pode ser generalizada. As transexuais nascem com o sexo masculino, mas a identidade de gênero formada ao longo da vida é feminina. Enfrentam a todo tempo as imposições sociais de se adequarem ao sexo biológico e às construções de gênero.

Entendo que não se trata de escolher, mas de “deixar nascer” o ser que vive dentro de você e que a todo tempo pede espaço, pede vida. Muitas vezes, dependendo do meio em que vivemos, temos a liberdade de extrair esse ser mais cedo de dentro de nós. O preconceito, a intimidação e o constrangimento para manutenção das sexualidades pré estabelecidas postergam a apresentação social desta identidade. Por este motivo, a maioria de nós precisa sair de casa quando se assume mulher. É quando passamos a sentir que somos diferentes aos olhos dos outros e que nossa luta começa quando colocamos a primeira calcinha, o primeiro sutiã com enchimento, ou saímos nas ruas de nosso bairro de batom e sobrancelhas feitas para ir ao mercado comprar pão.

As entrevistadas foram questionadas sobre sua instrução. Esta supostamente está relacionada à inserção no mercado formal de trabalho. Apenas uma candidata tem o nível fundamental. Mais da metade têm o nível médio completo, realizado antes de suas adequações à condição de mulher. Sendo assim, o preconceito sofrido nos espaços escolares era menor, a identidade ainda estava condizente com o sexo. De modo geral, não tiveram possibilidades de escolha de uma vaga de emprego e da permanência no mercado de trabalho formal. Tal fato sugere que de alguma maneira o fato de ser uma transexual dificulta sua inserção em quaisquer atividade que esteja relacionada ao mercado formal com vínculo empregatício. Acredita-se que essa exclusão esteja ligada muito mais ao fato de tratar-se de mulheres transexuais.

De acordo com nossas entrevistadas, suas experiências no mercado de trabalho, já como mulher transexual, foram atravessadas por dificuldades e preconceitos, além de não duraram muito tempo, como demonstrado em seus relatos:

No começo eu era offici-boy num escritório de contabilidade, e aí não deu certo por causa da minha identidade, do meu jeito de ser [mulher transexual], e aí briguei e com essa briga me revoltei e fui pra rua fazer programa. Foi a primeira vez que senti preconceito sendo mulher transexual. - Nunca arrumei emprego, estou tentando agora, vamos vê. Eu aprendi muito com a vida, quando a gente é mais nova é tudo mais bonito mais fácil, é tudo mais fácil, hoje a gente se sente mais pesada e mais cansada. Mais agora estou amadurecendo e estou vendo que aquilo que tinha atrás não é o que eu quero agora. Eu quero me formar, eu quero ter um trabalho (T2).

Na loja que eu trabalhei por 4 anos com carteira assinada as meninas nunca souberam que eu era transexual, somente a dona e a gerente. Eles faziam duas folhas de pagamento, uma como T3 e outra com o outro nome. As dificuldades são aquela coisa de você fazer um currículo e na hora de preenche-lo. Quando eu peguei na loja, eu fiz todos os testes como T3, na hora que eu fui selecionada disseram: a vaga é tua eu tive que dizer quem eu era, que eu era uma mulher transexual. Tive em várias lojas na época e me disseram que eu não me enquadrava para o quadro de funcionários que eles pretendiam selecionar. Aí nessa que eu consegui a proprietária disse: não tá ótimo você é sempre assim bem arrumada, você não tem problemas de licença maternidade, não tem menstruação e nem TPM, ela já viu por um outro ângulo e disse que pra ela eu era uma mulher e comecei a trabalhar. (T3)

(...) Fiquei um bom tempo na prostituição e depois de algum tempo eu me cansei, porque fazia mesmo pela questão do lado financeiro e pela falta de oportunidades e pelo preconceito. Nunca fui adepta da prostituição, depois que resolvi parar, já faz 6 anos, que estou tentando me empregar e nada, não consigo nada. Procuro como atendente e recepcionista em cafés ou lojas no comércio. (T5).

Primeira profissão de cabeleireira próximo de casa, não foi uma boa experiência com meus patrões, eles tinham preconceito. Depois trabalhei como profissional do sexo, hoje não me considero mais, dedico-me a cuidar da mãe. Não foi uma experiência muito boa trabalhar como cabeleireira, não me identifiquei com o dono do salão, ele não aceitava minha identidade de gênero, era transfóbico. (T6).

No ambiente escolar, o preconceito é reafirmado constantemente: no uso do banheiro, no nome da chamada, no tratamento dado pelos professores, entre outras situações, tornando-se um peso a hora de sair de casa para ir à escola.

Quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a entender a homofobia enquanto prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais, distribui poder e regula comportamentos, inclusive no espaço escolar (BENTO, 2008 p. 167).

Nas ruas, nos guetos, nos ambientes onde encontramos nossos pares nos sentimos protegidas e respeitadas. Nesses espaços e relações, encontramos guarida emocional e

apoio de pessoas que de alguma maneira compartilham conosco experiências semelhantes.

Ressaltamos o fato de nenhuma das entrevistadas trabalhar com carteira assinada, embora T1 e T3 terem iniciado a vida no mercado formal de trabalho. A ausência de vínculo trabalhista pode estar relacionada ao fato de todas exercerem ou terem exercido a prostituição como atividade laboral, tema discutido no item 3.3. Apenas uma contribui com o INSS e tem expectativa de aposentar-se pela Previdência Social.

Pontuamos a ausência de acesso a qualquer benefício do governo ou ajuda financeira de instituições assistenciais ou de parentes, embora algumas morem com marido ou familiares. Das seis transexuais entrevistadas, duas moram com os pais, duas com o marido, uma com o irmão e uma sozinha. Dessas, 4 estão solteiras.

De modo geral, as entrevistadas expressam ter uma crença e prática religiosas, apenas uma se denominou atea (T3). As demais indicaram ter como religião o candomblé, o catolicismo e o espiritismo. O depoimento de (T3) chamou a atenção pela situação que a levou a abandonar sua religiosidade, pois foi excomungada pelo padre na entrada da igreja e proibida de entrar.

O que me marcou bastante foi na parte religiosa, porque sempre acreditei em Deus, né; sempre tive vontade de frequentar igreja e ai fui barrada na Catedral de Florianópolis, na porta . O padre estava na porta e estava chegando uma excursão e quando ele viu que eu era uma, né, na época eu não era nem bem transformada ainda, ele botou a mão no meu peito e disse que eu não era bem vinda na casa de Deus. Aquilo ali me chocou e me marcou pro resto da minha vida e dai depois daquele dia em diante quando eu vou entrar numa igreja parece que me trava. Parece que as pessoas vão perceber que sou uma transexual, hóstia nunca mais tomei, nunca mais frequentei missa e me afastei totalmente. Tenho meus santinho em casa, rezo e tudo, mas não frequento mais a igreja. Aquilo me bloqueou (T3).

Nota-se que as mudanças que ocorreram para as entrevistadas se apresentarem como mulheres vão além da estética, das atribuições sociais requeridas e dos lugares, historicamente naturalizados como sendo dos sujeitos que respondem ao sistema vagina-mulher-identidade de gênero. Envolvem experiências de reconhecimento de si e dos outros, por conseguinte, de negação dessas identidades, de “expulsão” de lugares, de relações e de afetos. Contudo, embora a estética seja uma dessas mudanças, é, sem dúvida, a que mais capitaliza os sentimentos e atitudes de rejeição, pelas adequações realizadas, que pervertem corpos e relações instituídos.

3.2. Adequação corporal e suas mudanças.

Cada passo de minha transformação era mais um passo para o “fim” do reconhecimento de meus direitos e da vida social. Minha família, minha profissão, meus vizinhos e os que se diziam amigos não aceitaram minha nova identidade de gênero no convívio social. O preconceito velado, dissimulado e escancarado que sofri e sofro por ser uma transexual atinge diretamente minha auto estima. Minha projeção pessoal e profissional foram diretamente atingidas e tive que recomeçar, como se nunca tivesse tido um passado, uma vida.

Partindo de minha realidade, projeto as experiências vividas pelas entrevistadas após iniciarem seu processo de feminilização. Estas abarcam um conjunto de mudanças, das quais se destacam as experiências corporais e estéticas, e, sobretudo, seus desdobramentos subjetivos, afetivos, relacionais e de trabalho, atravessados por sentimentos de realização e exclusão.

A construção social das mulheres transexuais envolve, portanto, um repertório de situações particulares para sua auto identificação e o reconhecimento social de sua identidade de gênero, possibilitando as mais diversas experiências e vivências no mundo social. Uma dessas situações é a *reinvenção do corpo* (BENTO, 2006), que envolve sua adequação e feminilização.

Se a vida social é feita de homens e mulheres com corpos sexualmente apropriados, então, como classificar as pessoas que tem o sentimento de pertencer a outra identidade de gênero contrário ao que seu corpo lhes informa, mas que não querem fazer a cirurgia ou que relativizam sua importância? (BENTO, 2006 p. 157).

Parafrazeando a autora, afirma-se que há um subtexto para as mulheres transexuais: “Você não é possível. Seu corpo é uma ambiguidade que a exclui do possível, do real.” (BENTO, 2006, p. 159). Indaga-se, então: como as mulheres transexuais pensam e concebem esse “novo” corpo? Com que formas? Com quais contornos e que texturas? Que experiências verbalizam? As falas das entrevistadas contribuem para nos guiar nesta discussão:

Quando era criança sentia vontade de ficar com meninos, não com meninas. A partir dos 12 anos 14, tive coragem de me transformar em mulher (T2).

Super jovem né, de 21 pra 22 anos, fui trabalhar no comércio, eu tinha que ser a mais feminina possível, tomava hormônios, me cuidava, fazia depilação. Me sentia mulher e convivia com pessoas heterossexuais eu não vivia no mundo gay. Então minha formação de trabalho sempre foi envolvida com pessoas normais, normais eu digo assim...heteras né? Depois com um tempo, eu percebi que queria um seio maior, eu me olhava no espelho e queria um quadril, e ai devagarinho eu fui fazendo, fui botando silicone, botei prótese, mas a minha orientação sexual sempre foi pro feminino (T3).

Por mais que eu me intitule mulher travesti e não mulher transexual eu sempre tive vontade de realizar a cirurgia de redesignação sexual. Eu, pra mim, por mais que seja militante, eu não vejo diferença entre a mulher travesti e a mulher transexual, por ser profissional do sexo e uso muito meu órgão nos programas, por enquanto não é viável. Mas é a cirurgia que gostaria de realizar (T4).

Penso em realizar a cirurgia de redesignação do sexo, mas não é mais aquela prioridade que eu tinha quando mais nova. Foi com 13 anos, mas comecei a transformação a partir dos 17 anos, comecei tomando hormônios e me arrumando fora de casa (T5).

Entretanto, a experiência transexual não se reduz à apreensão das identidades e práticas de gênero, tampouco ao seu reconhecimento.

O que diferencia a performances das/os mulheres/homens biológicas/os das/os transexuais é a legitimidade que as normas de gênero conferem a cada uma delas, instaurando, a partir daí, uma disputa discursiva e uma produção incessante de discursos sobre a legitimidade de algumas existirem e de outras serem silenciadas e eliminadas (BENTO, 2008, p. 48).

Para que as performances sejam aceitas, muitas vezes, ocorre um processo de medicalização, sem orientação técnica e os devidos cuidados, na busca pelas características do que se entende por feminino. Em várias das nossas entrevistas, a maioria das mulheres trans iniciou seu processo através do uso indiscriminado de hormônio e da aplicação de silicone industrial.

Tomava por conta própria, depois eu tomava muito hormônio, mas o hormônio fazia certo efeito, mas não surgiu o que eu queria, que era os seios, então eu passei a aderir o silicone industrial, que é outra bomba (T1).

A partir dos 21 para os 22 anos, comecei a transformação, tomar hormônio, depois mais tarde veio o silicone (...) (T3).

Eu não me sentia bem com um corpo de aparência masculina, por isso a necessidade de tomar hormônios no começo, depois vieram as cirurgias e, por último, o silicone industrial, que acho um erro (T4).

Foi com 13 anos, mas comecei a transformação a partir dos 17 anos, comecei tomando hormônios e me arrumando fora de casa.(T5).

Enfatizamos que as histórias de adequação à identidade de gênero se repetem ao longo das entrevistas, conforme os relatos destacados. Benedetti (2005), a partir de estudos com travestis, afirma que é com os hormônios que elas adquirem novas características nas formas do corpo. Segundo o autor, é no corpo que elas situam os principais símbolos do masculino e do feminino; e investem conhecimento, tempo e dinheiro para que possam sentir e exibir um corpo diferente, um “novo” corpo. Associado ao corpo, agregam novas particularidades de ordem moral, que dizem respeito ao comportamento feminino na sociedade; dado este, igualmente, identificado com as entrevistas.

Neste sentido, poderíamos pensar que os hormônios estabelecem a mediação entre o físico e o moral, através do corpo desejado. Nota-se, ainda, que a transformação da identidade de gênero se constrói e se afirma a partir do ingresso na rede de conhecimento do segmento de mulheres travestis e transexuais, exigindo uma intensa socialização das novatas, para que, lentamente, com os efeitos dos hormônios, surja um todo feminino.

Se até então as interferências com o objetivo de construção do feminino sobre o corpo se reduziam a unhas ou uma modelagem na sobrancelhas, com o tratamento hormonal as mudanças corporais se mostram mais visíveis e mais definitivas: os seios se desenvolvem, a silhueta se arredonda, o pelo do corpo e da barba diminui em quantidade e tamanho. Submeter-se ao tratamento hormonal parece identificar-se com a própria decisão de incorporar a identidade travesti. (BENEDETTI, 2005, p. 73).

Hélio Silva (1993), também realizando pesquisas tendo como sujeitas as travestis, afirma que elas somente reconhecem outras travestis no caso de fazerem ou terem feito uso das substâncias mencionadas. O hormônio, por seus efeitos no corpo (seios e formas arredondadas) e nas relações, demarca um ‘ritual de passagem’ para o (re)nascimento de um ‘novo’ corpo e identidade de gênero desejados, instaurando experiências pelo processo de transformação (BENEDETTI, 2005).

Assim como apresentado por Benedetti (2005), o silicone é o último recurso das entrevistadas, após uma história de uso indiscriminado de hormônios. Os relatos das mulheres trans apontam, ainda, que a necessidade de se tornar um sujeito que remeta à imagem do feminino é maior do que a própria vida.

A decisão de aplicar silicone parece ser muito bem pensada e refletida. Há travestis que optam pelas aplicações assim que iniciam suas transformações corporais (...) O produto é muito valorizado por que tem efeito imediato, já

que os resultados são visíveis logo após a aplicação (BENEDETTI, 2005 p.81).

Há estudos¹⁰ que mostram um grande percentual de mulheres travestis e transexuais que sofrem as consequências do uso indevido e indiscriminado de hormônios e silicone industrial no corpo. Muitas recorrem ao atendimento nos hospitais públicos com o objetivo de extrair o silicone, pois com o passar do tempo causa rejeição e inflamações e, em muitos casos, amputações dos membros inferiores, além de extirpação das mamas . Não menos frequente nas mulheres travestis e transexuais são quadris e bundas deformadas com grandes placas enrijecidas e de difícil retirada com procedimento médico.

É importante destacar que não há maneira segura e nem técnicas para extração do silicone industrial. O que existe são atendimentos emergenciais em hospitais públicos, que, no caso de inflamação onde existe a presença do silicone no corpo, realizam uma drenagem na região infeccionada para diminuição da dor. As pacientes são atendidas quando já estão com o silicone inflamado e, frequentemente, em estado crítico de saúde, inclusive emocional. A situação é agravada, pela burocracia e demora nos atendimentos médicos, quando o assunto é a saúde de mulheres travestis e transexuais.

O Sistema Único de Saúde (SUS) aprovou a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013¹¹, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no sistema de saúde, assegurando o acesso de travestis, bem como de homens e mulheres transexuais à adequação da identidade de gênero. Por ser uma medida recente e com poucos serviços disponíveis em território nacional, não garante a cobertura de saúde necessária, tampouco dá conta da realidade de gerações de mulheres transexuais que realizaram tal processo sem recursos garantidos. Em nenhum momento a Portaria menciona qualquer assistência para as situações de transformação corporal realizadas fora do sistema de saúde e para seus desdobramentos.

A afirmação de que as transexuais odeiam seus corpos é fundada na ideia moderna sobre os corpos heterossexuais, em que o sexo define a verdade última dos sujeitos. Ao longo das entrevistas, podemos perceber que não há uma rejeição ao corpo entre elas, este requeria algumas adequações. Ao contrário, a construção da auto

¹⁰ BENEDETTI,2005; KULLICK,2008; PELÚCIO,2011

¹¹ Dados extraídos do site do Ministério da Saúde, acessado no dia 18 de junho de 2015. (http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html)

imagem é positivada, destacando-se os efeitos do silicone e dos hormônios, em que pese os riscos a que se submeteram e as intercorrências do uso de tais recursos.

Nota-se, ainda, que as experiências individuais com as adequações corporais promovem múltiplas interpretações do que é ser mulher travesti ou transexual. Sem a aproximação a esses arranjos e experiências individuais, correríamos o risco de ter como referência as expressões literais das atuais imposições de gênero, de caricaturá-las, desconsiderando as diferentes expressões de se apropriar e de experimentar o que se entende por feminino ou masculino.

Além de existirem trajetórias subjetivas diversas devemos reconhecer também que, muitas vezes, as fronteiras/distinções entre travestis e transexuais encontram-se “borradas” no cotidiano, havendo um “trânsito” entre estas identidades. As identidades, portanto, não são fixas ou isoladas, mas posições sempre disputadas, negociadas, em constante interação e movimento (ÀRAN, MURTA APUD SILVA, LOPES, 2014, p.36).

Nesse sentido, é importante destacar que as identidades de gênero não podem ser generalizadas, e são construídas de acordo com as experiências e realidades pessoais. Os dados apontam que apesar do preconceito sofrido pelas entrevistadas, todas, em seus depoimentos, convergem para um ponto comum, que merece ser destacado e compartilhado: a satisfação pessoal de transformar-se no que sempre sonhou ser. Essa afirmação é explicitada com os depoimentos:

Havia esta necessidade para poder adequar meu corpo a uma figura feminina... mudou muita coisa, foi uma coisa...no meu ponto de vista, foi tudo de bom, porque eu consegui me adequar a aquilo que eu era, eu me sentia mulher. Então foi uma adequação maravilhosa, eu não tenho nada a reclamar, dessa questão, sou feliz, até hoje continuo feliz, não me arrependo de nada que foi feito, minhas atitudes (T1).

Depois das mudanças melhorou, porque minha aparência mudou, passo mais despercebidas pelas pessoas, não que eu tenha que provar que, né, que sou mulher ou não, mas por várias coisas, tu passa numa rua e ninguém mexe contigo. Quanto mais discreta tu for é melhor né, então pra mim melhorou bastante. A Sheila que nasceu em mim, eu esqueço que sou aquela pessoa da identidade, entendesse? Tenho poucas lembranças de quem foi, no caso, o Marcelo. Parece que a T3 veio, se apoderou do meu corpo e ficou, me identifiquei sabe. Pra mim com as mudanças só senti coisas positivas (T3).

Minha autoestima aumentou consideravelmente e ficou mais fácil de encarar a sociedade de frente e tirei aquele medo, aquela angústia dentro de mim. Logo, por outro lado, o preconceito aumentou pelo fato de eu ter me tornado uma travesti, uma transexual. Um exemplo são as idas ao mercado, percebo que eles sempre acham que vou assaltar, sempre somos vistas como verdadeiros marginais, independentemente do que façamos. Sempre seremos prostitutas, no meu caso sou, mas tenho caráter e vejo na prostituição uma profissão como qualquer outra (T4).

Percebi minha alegria por estar realizada por ter adequadamente meu corpo a meu gênero, que minha satisfação não cabia dentro de mim quando alguém me chamava de Laura. Mas, ao mesmo tempo, a exclusão e o preconceito me deixaram sem casa, sem família, sem amigos e sem trabalho (Laura, autora TCC).

Paradoxalmente, a adequação corporal possibilita mudanças que geram sentimentos de realização e destituição. A angústia, que atravessa a fala das entrevistadas e é destacada por T4, remete às minhas experiências pessoais. Tal sentimento é tão doloroso para a alma, pois você se reconhece de outro modo, quanto ao preconceito que sofri quando botei minha primeira calcinha e passei pela primeira vez meu baton vermelho sangue para sair de dia pela cidade.

Em relação à profissão, todas, sem exceção, não exercem a atividade técnica em que se formaram, em virtude do preconceito decorrente dos seus processos de feminização. Cursos de cabeleireira e costureira tiveram destaque, mas não foram levados à frente. Os cursos foram feitos e as profissões abandonadas. Pela dificuldade social vivenciada, de negação, humilhação e desprezo, todas foram trabalhar como profissional do sexo.

Com certeza, se eu tivesse um outro caminho naquela época dos anos 80, lá mais ou menos nessa fase, né, porque a gente sabe que era mais difícil aquela época; mas se eu tivesse um outro caminho que não fosse a prostituição com certeza eu tinha pego Laura e seguido esse rumo, tu entendeu? (...) Eu nunca gostei da rua, eu ia por necessidade (T1).

Eu sou profissional do sexo porque eu me vi obrigada a fazer, com o tempo se torna um vício. Me prostitui por todo esse tempo, correndo da polícia, sendo humilhada e até deportada. Agora estou tentando mudar minha vida, vou fazer um curso de manicure, vamos ver né. No começo da minha transexualidade, eu sai pra ser profissional do sexo e com o tempo a gente começa a gostar, a sentir falta de fazer. Agora, quero fazer um curso de esteticista de unhas e continuar nesse ramo. Eu quero me formar, eu quero um trabalho. Deixar essa vida de profissional do sexo para trás (T2).

Não consigo me vê, tanto que agora eu estou tentando sair; depois de uma certa idade quero tentar arrumar um trabalho novamente, estou há 18 anos na rua me prostituindo (T3).

Nunca fui adepta da prostituição, depois que resolvi parar, já faz 6 anos, que estou tentando me empregar e nada, não consigo nada. Procuro como atendente e recepcionista em cafés ou lojas no comércio (T5).

Os depoimentos indicam a negação em exercer a profissão e as dificuldades encontradas para viver como profissional do sexo, além das várias barreiras para sair da

prostituição. Ademais, apontam que as experiências discriminatórias e violentas, decorrentes do processo de feminização, também se encontram na prostituição.

Em sua obra “Na Noite nem todos os gatos são pardos”, Pelúcio (2005) verificou que as travestis que se prostituem são vítimas de atos de violência de toda natureza, desde xingamentos, humilhação por pessoas que passam nas ruas, até assassinatos realizados por clientes ou por homens transfóbicos. As entrevistadas explicitam tal realidade ao afirmarem:

Rua todo dia, tu sofre dificuldade pela questão, principalmente hoje, tu vai pra rua, tu não tem certeza se tu vai voltar pra casa viva ou morta e se tu vai ganhar ou deixar de ganhar (T1).

Sempre foi ser profissional do sexo, morei 12 anos na Europa e lá me prostitui por todo esse tempo, correndo da polícia, sendo humilhada e até deportada. Agora estou tentando mudar minha vida, vou fazer um curso de manicure, vamos ver né? (T2).

Fiquei um bom tempo na prostituição e depois de algum tempo eu me cansei porque fazia mesmo pela questão do lado financeiro e pela falta de oportunidades e pelo preconceito (T5).

Durante todo tempo em que vivi a experiência de depender da rua para sobreviver foi muito doloroso para mim. Me sentia totalmente excluída e a cada dia procurava de alguma maneira arrumar forças e saídas para a situação a qual estava sujeita a viver. Minha transexualidade gritava mais alto, e ao mesmo tempo me satisfazia sexualmente nas ruas.

No entanto, depois de um certo tempo, me dei conta que aquela vida não era para mim, me sentia humilhada. Cada carro que passava por mim e cada vez que o farol fechava e todos os carros vinham se aproximando, minha vontade era de me esconder, embora tivesse que estar vistosa e gostosa, sorrindo e apaixonada por estar naquela situação. Vivía na seguinte situação: ganhava hoje, para comer amanhã. Depois de toda transformação, as coisas “melhoram”, com a feminilização os clientes começam a se aproximar mais, estava mais mulher e mais adequada ao gênero feminino.

A miséria e a violência experimentadas no Brasil, por estes indivíduos são decisivas para decidir o seu destino: a grande maioria se prostitui e, os que conseguem entrar no mercado de trabalho formal, exercem funções operacionais; mesmo assim, são vítimas de agressões, violência e intolerância por parte de seus colegas de trabalho, inclusive nas empresas que afirmam possuir políticas de diversidade e respeito às diferenças (IRIGARAY, 2010, p. 13).

Segundo o Observatório de Segurança (2010), existem no Brasil cerca de 40 mil travestis e transexuais, e sua grande maioria trabalha no mercado informal, sobretudo, ganhando a vida como profissional do sexo nas ruas de todo o Brasil.

3.3. Experiência(S) Profissional (S)?

Imagine se um alto funcionário do Estado brasileiro chegasse ao seu gabinete para mais um dia de intenso trabalho, usando roupas, acessórios, perfumes e penteado não habituais. Antes de começar sua rotina, iria ao banheiro para retocar a maquiagem, verificar se o cabelo estava em ordem e conferir se o vestido escolhido estava de acordo com os colares, brincos e outros acessórios. Provavelmente essa mudança provocaria rumores, renderia matéria em jornais e poderia lhe custar o posto de trabalho (BENTO, 2008, p.15-16).

Essa era a realidade vivida por um alto funcionário da corte francesa no século XVIII, onde o rei e a sociedade francesa conviviam com a dúvida em relação a sua identidade de gênero, pois algumas vezes se vestia de mulher e outras de homem. Tal situação seria censurada na atualidade, uma vez que em nossa sociedade (moderna) a identidade de gênero e o sexo devem corresponder para que os/as sujeitos/as possam ser legíveis.

O trabalho representa uma fonte de identificação e inserção social, que contribui em diversos aspectos para que o ser humano desenvolva suas potencialidades e encontre sentidos para sua existência na sociedade. Para a grande parte das mulheres transexuais, o mercado de trabalho se fecha e as opções encontradas são a indústria do sexo, como trabalhadoras sexuais, funcionárias de boates e saunas; a indústria da estética, como cabeleireiras, depiladoras ou maquiadoras; os setores da moda e alimentos, como costureiras e cozinheiras. Entretanto, de acordo com nossa pesquisa a prostituição foi a profissão mais acessada, aceita e próxima da realidade dessas mulheres.

Os depoimentos das mulheres transexuais nos aproximam das experiências de construção do espaço da rua como forma de trabalho e do exercício da prostituição em suas vidas para a sobrevivência. Outrossim, visibilizam como o preconceito nos espaços de trabalho as fizeram abandonar as atividades exercidas anteriormente à adequação corporal.

Trabalhava de doméstica em casa de família, trabalhei dois anos, fui super bem tratada até, inclusive a mulher queria pagar carteira de motorista e tudo porque a filha ia viajar e precisava de um carro pra levar no mercado e aí eu

fiquei com medo e não aceitei. Trabalhei dois anos e depois sai. Carteira assinada e tudo direitinho, mas só que eu sai por quê? porque na época ela não pagava vale transporte e eu tinha que ir pra rua ainda pra trabalhar pra conseguir o vale transporte, mais dai beleza (T1).

Eu, quando sai da loja, fui tentar trabalhar na rua, porque via minhas amigas chegando da Europa comprando carro, casa, apartamento, então fui fazer um estágio na rua, mas eu me sentia mal, passava um carro e eu me escondia, nunca consegui me vê como profissional do sexo. Não posso cuspir no prato que comi, mas eu não me vejo numa rua, tu entendes? Não consigo me vê, tanto que agora eu estou tentando sair, depois de uma certa idade, quero tentar arrumar um trabalho novamente, estou há 18 anos na rua me prostituindo. (T3).

Fui demitida de um restaurante que trabalhava há quase três anos, de caixa, foi logo no início quando resolvi começar a tomar hormônios. O restaurante ficava à beira-mar e era muito conceituado no ramo. Os clientes começaram a perguntar para os garçons se eu era homem ou mulher. Recebi várias propostas para programas após o horário de trabalho. Com alguns desses clientes vim a fazer programa como profissional do sexo, minha próxima profissão. Depois que fui demitida desse restaurante levei quase 20 anos para conseguir emprego de carteira assinada, durante este tempo me prostitui. Depois de muitos anos mandando currículo fui contratada como auxiliar de cozinha em uma pizzaria. Sobram as profissões subalternas, não tanto por falta de instrução, mas por falta de escolha (Laura, autora TCC).

Em seus relatos, nossas informantes tiveram em algum momento de suas vidas a experiência da prostituição, ou de se tornaram uma profissional do sexo. Para algumas foi apenas uma experiência passageira, para outras um meio para sobreviver num momento difícil de exclusão; já outras viram na prostituição uma profissão, um trabalho, seja para prover todas as suas despesas do mês, despesas eventuais ou pura satisfação sexual.

A fase da vida mais difícil foi no começo. Nossa meu Deus, no começo foi bem triste. Foi preconceito, foi enfrentar o lugar que eu morava, também não era bom. Deixei da escola pra ser profissional do sexo, no começo foi tudo muito difícil (...) eu sei que a realidade é que eu tenho que fazer meu curso, ou trabalhar de faxineira ou qualquer coisa e ter a carteira assinada e ponto (T2).

Depois já como T3, me mudei pra Florianópolis, trabalhei numa lanchonete por quase dois anos de balconista, era de uns chineses, depois trabalhei mais quase 4 anos numa loja de roupas, também eu quem pedi pra sair. Mas fazia vitrine e trabalhava como vendedora. Mas sempre tive sonho de ir para a Europa, de ter uma casa própria e dai estava indo bem devagar no caso né. Então resolvi largar tudo e viajei para a Europa (T3).

Apenas uma entrevistada assumiu a condição de profissional do sexo como profissão escolhida, que apesar de todo preconceito que envolve essa profissão, não trocaria se tivesse oportunidade de exercer outra.

Eu não consegui porque eu nunca fui procurar emprego, sempre fui profissional do sexo e vejo como profissão, e tudo que tenho foi conquistado, vem da prostituição, da rua. Já trabalhei na ADEH com projetos, mas não vejo como trabalho, é na rua que me sinto profissional de fato (T4).

Silva (1993), Benedetti (2005) e Pelúcio (2006) afirmam que para as travestis é nas ruas em que ocorrem socializações, iniciações e trocas de experiências referentes a sua identidade de gênero e à prostituição como profissão. Estas são aperfeiçoadas com as vivências e suas trajetórias de vida.

O mundo do trabalho amparado pela legislação trabalhista é influenciado por construções sociais e discursivas de gênero e de orientação sexual, sendo este mais um dos espaços tanto de aprendizado quanto de negação e exclusão das identidades transexuais. Exceto em determinadas áreas, ambientes privados, e com experiências laborais subalternas, é que a presença das mulheres transexuais figuram na condição de profissionais.

Nesse sentido, os relatos das entrevistadas indicam que as atividades com o cuidado da casa e com a estética/ beleza, com poucas perspectivas de ascensão profissional, demarcaram suas inserções, quase sempre antes do processo de feminização. Nota-se, ainda, que tais experiências estão associadas às atribuições do feminino. Hélio Silva (1993), Berenice Bento (2006) e Benedetti (2005) associam a construção entre gênero e sexo biológico a uma barreira que impossibilita o acesso dessas sujeitas a um mercado de trabalho mais amplo e variado.

As violências de gênero sofridas pelas entrevistadas corroboram com os dados divulgados pelo Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (2012). Entretanto, algumas situações de violência física e sexual são materializadas em registros e boletins de ocorrência, diferentemente das experiências de violência simbólica e interpessoal. Estas atravessam o cotidiano das transexuais no meio social e no trabalho, figurando das mais variadas formas e de modo naturalizado nas piadas dos programas humorísticos e nas falas: “no currículo era homem!”.

Recorremos-se a Bourdieu (2002) para afirmar que a violência simbólica se institui por intermédio de uma pactuação, ainda que implícita, entre o autor da violência e do sujeito que a vive (dominado e dominante). Há uma incorporação da relação de dominação, vista como natural. Em outros termos, quando os esquemas em que o sujeito que vive a violência põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro) resultam da

incorporação de classificações naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 2002, p. 47). Essa violência se institucionaliza e consegue se reproduzir no âmbito das famílias, igrejas, escolas, Estados e relações de trabalho.

Logo, assumir-se como mulher trans e dar visibilidade a sua identidade social implica, ainda hoje, viver violências e dificuldades em se inserir no mercado de trabalho. Em minha vida política de ativista na ADEH havia um discurso recorrente da impossibilidade da invisibilidade física das transexuais, diferentemente de homens e mulheres homossexuais. Isto é, não se pode tirar um seio ou ocultar as feições femininas para adentrar no mercado de trabalho e ser aceita profissionalmente por suas qualificações.

As transexuais constroem um corpo marcado por um gênero que não possibilita a ocultação e a dupla identidade, social e de nascimento, interferindo em suas buscas por trabalhos formais. “Corpos que embaralham as fronteiras entre o normal e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social” (BENTO, 2006, p. 19-20).

O nome social é uma questão premente às mulheres e reconhecida por resoluções regionais, o que promove experiências de destituição e exclusão, servindo de argumento para a não admissão nas vagas de emprego.

Na loja que eu trabalhei, por 4 anos com carteira assinada, as meninas nunca souberam que eu era transexual, somente a dona e a gerente. Eles faziam duas folhas de pagamento, uma como T3 e outra com o outro nome (T3).

No começo eu era office boy num escritório de contabilidade, e aí não deu certo por causa da minha identidade, do meu jeito de ser e aí briguei, e com essa briga me revoltei e fui pra rua fazer programa. Foi a primeira vez que senti preconceito sendo mulher transexual (T2).

Com relação à discriminação nas relações de trabalho, a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que o termo discriminação significa:

- a) Toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha efeitos de anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou na profissão.
- b) Qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou tratamento no emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo País membro concernente,

após consultar organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados”¹².

No Brasil, o que temos de mais concreto é a Lei nº 12.288, na qual consta em seu art. 4º: O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta Lei, além do direito à reparação pelo dano moral, facultada ao empregado optar entre:

- I. a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais;
- II. a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Contudo, o preconceito sofrido pelas mulheres transexuais tem suas particularidades. A maioria não consegue passar da fase de triagem e entrevistas e ter vínculo empregatício devido a seu gênero estar disforme com as informações que constam em seus documentos. Com base nas experiências das mulheres travestis e transexuais entrevistadas, no ambiente laboral e organizacional, demonstramos um contexto preocupante de violências de diversas ordens e desrespeito às diferenças. Algumas permanecem na prostituição até hoje como indicado nos depoimentos das entrevistadas.

Assim como apontado por Pelúcio (2005) e Benedetti (2005), em seus estudos sobre travestis e transexuais, constatamos que as mulheres trans, sujeitas dessa pesquisa, são pertencentes às classes sociais mais baixas, não tinham cursos universitários e por conta de sua identidade de gênero são discriminadas, estigmatizadas, silenciadas e invisibilizadas.

3.4. Maturidade: pensando o futuro.

Hoje sou segura de mim e não dou mais “bola” para o preconceito. Com o amadurecimento, sinto-me mais segura com minha própria identidade para fazer um curso de técnico de enfermagem e de computação. Os preconceitos ainda existem na sociedade, as pessoas falam que não existe, mas tem sim. Acho difícil, enquanto mais velha, mais difícil fica (T2).

O processo de envelhecimento não é um fenômeno, uma condição ou uma experiência universal; ela é histórica. Seus sentidos, valores, imagens e vivências são

¹² Ver site <http://www.oit.org.br/node/472>. Acesso 06 de ago. de 2015

inscritas no tempo, no social e no cultural (DEBERT, 1994). Nos depoimentos das nossas entrevistadas, percebemos diversas narrativas sobre experiências de amadurecimento, que possibilitam reflexões sobre o processo de envelhecimento das mulheres transexuais.

Tem uns que não têm experiência e você passa experiência, então isso é uma coisa legal das pessoas mais maduras, esse conhecimento que ela pode usar não só em questão do programa não, questão até de relacionamento mesmo porque é muito fácil tu seduzir uma pessoa pela aparência. Agora depois com essa idade eu acho que toda pessoa quando chegar a minha idade ou até mais, eu acho Laura que a gente vai envelhecer e a gente vai cada vez se sentindo muito melhor do que quando nova. Eu vejo isso que a gente carrega uma mala de experiências, a gente fica sábia, tu entendeu? Ai tu fica olhando, quero vê quando tu vai conversar com uma menina nova e tu vê assim: meu Deus do céu, eu não me troca por ela. . A melhor fase da minha vida, eu respondo isso de boca cheia foi meus 40 anos pra cima, melhor fase pra mim foi essa, não tem outra, pra baixo não. (T1)

Acho que depois dos 40 anos é onde você percebe o quanto é gostoso viver e batalhar para ter suas coisas, não é a questão financeira, mas de você se realizar com o que sempre sonhou. Ter seu carro, sua casa. Como trabalho com a venda do corpo, com a idade, estou com 51 anos e não sou mais uma ninfeta de 20 anos. Tem muitas meninas que ganham menos que eu, apesar de tudo. Mas, não são todas; como tem homens que gostam de sair com mulheres travestis ou transexuais mais maduras, então estamos ai e o sol nasce pra todas (T4).

Diferente que agora sei o que é bom pra mim e tenho mais consciência do que não é bom. Hoje não bebo mais e nem uso drogas, faço ioga e me sinto mais feliz, mas a questão do trabalho pesa muito a falta dele.(T5)

Com o amadurecimento sinto-me mais segura com minha própria identidade Hoje sou segura de mim e não dou mais “bola” para o preconceito.(T6)

Do trecho acima, destacamos algumas considerações. Em primeiro lugar, a percepção de que as mulheres transexuais não têm as mesmas experiências que as mulheres que tem a identificação com seu sexo de origem. Por isso, “mulheres” e mulheres “transexuais” são posições-de-sujeito, são subjetividades produzidas por processos distintos de subjetivação, como aponta Bento (2006). Em segundo lugar, tratam-se de modos diferentes de viver a vida após os 40 anos e de projetar o envelhecimento, segundo nossas entrevistadas. Com o processo de envelhecimento se vêm obrigadas a se reinventar, uma vez que seus corpos não são mais tão desejados no mercado da prostituição pela maioria de seus “clientes”.

As transexuais constituem para si novas subjetividades, novas relações de si para consigo na adultez. Por fim, destacamos o silenciamento das políticas sociais e da academia sobre o processo de envelhecimento das pessoas trans. Do mesmo modo,

chamamos atenção para a necessidade de reconhecimento de suas experiências, que são distintas, específicas, plurais, que devem ser consideradas, para que, assim, a velhice e os processos de subjetivação nesta etapa da vida ganhem visibilidade.

Considerando que os anos vividos são caracterizados pelas memórias das experiências, as entrevistadas nos trouxeram um buquê de recordações. O aprendizado é uma ferramenta para lidar com as situações vividas, as transformações corporais e o mercado da prostituição após os 40 anos. Várias delas convergem em suas narrativas ao discorrerem sobre o avançar da idade, apontando que o envelhecimento possibilita aprendizado sobre a vida.

Eu aprendi muito com a vida, quando a gente é mais nova é tudo mais bonito, mais fácil. Hoje a gente se sente mais pesada e mais cansada. Mas agora estou amadurecendo e estou vendo que aquilo que tinha atrás não é o que eu quero agora. Eu quero me formar, eu quero ter um trabalho (T2).

Consideramos as experiências após os 40 anos, bem como a projeção do envelhecimento, não como algo restrito apenas à aparência física, mas como uma forma de referência das transexuais mais velhas para as mais novas. Muitas se pautam nas que tem um percurso de vida, tanto em termos de adequação corporal quanto de ser prostituta e viver a rua. Por isso, a importância da visibilidade das trajetórias das mulheres trans mais velhas, uma vez que há uma carga de ensinamentos (“Kit Sobrevivência”) partilhada cotidianamente nas ruas. Ademais, se há alguma liberdade e certo espaço na atualidade, isto se dá graças às mais velhas que “abriram” o caminho em diferentes espaços de trabalho, por meio de muitas lutas.

Paradoxalmente, a experiência relatada pelas entrevistadas sobre o processo de envelhecimento é de lidar com o preconceito cotidiano sem impulsividade, mas com a presença do temor. Se na juventude a principal alternativa de reprodução foi a rua, esta agora também exclui, pois os corpos não são os mesmos devido às marcas do tempo. É como se perdessem a função ao envelhecer, logo, acabam desaparecendo da cena pública, inclusive da rua. A transexualidade após os 40 anos tende a ser ocultada, principalmente no campo das políticas sociais, que se restringem ao campo da saúde, principalmente à transgenitalização. A adultez não é valorizada, inclusive entre as transexuais mais novas, que tinham as mais velhas como referência de aprendizado.

Acho que amadureci legal e pouca coisa mudou. Sempre fui uma pessoa muito pacífica, não sou vingativa, não de fazer maldades para os outros, se eu

puder ajudar, eu ajudo. A única coisa é um pouco de medo, né. Eu tenho um currículo, eu tenho quase 15 anos de carteira assinada no comércio. Tá, eu estou muitos anos fora, mas eu sei lidar com o comércio, mas eu me bloqueio e não consigo ir nos lugares procurar trabalho. Penso na questão da transexualidade, na idade que vou fazer, 50 anos, e ninguém vai querer me pegar, sabe?. Uma coisa que eu criei dentro de mim, um bloqueio, uma insegurança (T3).

Quando encontro amigas da minha época, a gente se sente todas iguais, mas quando a gente tem outras transexuais, que não são da mesma idade, a gente se sente inferior, porque elas se põem mais do que a gente. Elas te colocam bem pra baixo, as novinhas, e se não tiver cabeça você até sai do (T5).

Em relação à estética, igualmente há deslocamentos, pois os desejos de mudanças corporais são pontuais, ocorrendo inclusive uma reflexão sobre as decorrências do uso de hormônio sem acompanhamento médico e de silicone industrial.

Eu acho que eu não vou fazer nada, silicone no corpo eu não tenho coragem de botar. Tu sabes que silicone na parte de baixo, se não coloquei até hoje, então não vou botar. Peito eu não vou mudar, porque não tem mais como, né, silicone industrial no peito. Então, a única coisa, a vontade que eu tenho é fazer um nariz mais nada, mas também se não dê, não estou preocupada não (T1).

Gostaria, se eu pudesse era tirar o silicone(T3)

Eu não me sentia bem com meu eu, , com um corpo de aparência masculina, por isso a necessidade de tomar hormônios no começo, depois vieram as cirurgias e por último o silicone industrial que acho um erro!!(T4)

Tal resultado é também identificado por Benedetti (2005, p. 86) ao discorrer sobre a estética entre as travestis:

Pode se observar uma distinção acerca de sua valorização entre as travestis mais jovens e aquelas que vivenciaram as primeiras aplicações de silicone, quando tudo ainda era experimental. As primeiras eram as principais clientes das *bombadeiras*, e a injeção está mais presente em seus projetos. Já as “antigas” valorizam mais o uso de hormônios, criticam por vezes o “exagero” das quantidades de silicone no corpo das outras e ressaltam o perigo de tais práticas, normalmente relatando algum caso de adoecimento ou complicação em função da aplicação mal realizadas, ou de produtos sem qualidades.

Segundo o autor, as travestis mais velhas contam suas histórias de uso do silicone industrial e os riscos vivenciados como abscessos, infecções, rejeição do organismo ou deformação. Esses fatores são desafiados pelas travestis mais novas para atingir a construção da pessoa e da corporalidade desejada. Tal dado nos leva a pensar na situação de nossas entrevistadas e de suas resistências diante às injunções heteronormativas e da prevenção em saúde, interpondo os influxos do desejo para se

manterem saudáveis e felizes por meio de um modelo de corpo considerado mais belo, mais feminino e jovem. Esse processo hoje passa por uma intensa problematização sobre os riscos quando se trata de fazer o corpo desejado, formatando outras perspectivas entre as transexuais que estão na meia-idade frente às experimentações mais fluídas das mais jovens.

4. PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Os resultados apontaram a inserção de algumas de nossas entrevistadas no mercado de trabalho formal, e com direitos trabalhistas reconhecidos, em determinado momento de suas vidas antes do processo de feminização ou durante o mesmo. Entretanto, todas as experiências estiveram voltadas ao mercado da prostituição. A entrada na prostituição caracterizou-se como uma decorrência do processo de adequação corporal a suas identidades de gênero, associada à origem social e aos processos de exclusão que nossas entrevistadas viveram na infância e juventude.

As situações de exclusão se acentuam na idade adulta e atravessam seus cotidianos, devido ao fato delas romperem com os padrões heteronormativos de gênero, de identidade de gênero e das sexualidades pré estabelecidas e tidas como certas e verdadeiras. Há outras variáveis como origem social, escolaridade, que reafirmaram as desigualdades sociais. Essa exclusão mostrou-se visível na maioria das vezes na própria família e nas escolas, onde são rejeitadas e ignoradas, e isso repercutiu em sua vida profissional.

A rejeição social é visivelmente introjetada pelas mulheres transexuais entrevistadas e atinge sua autoestima e autoconfiança, tornando-se pessoas vulneráveis e, muitas vezes, com pouco conhecimento de seus direitos como cidadã brasileira. Com isso, acabam encontrando abrigo no mundo da prostituição, onde são aceitas e encontram-se com seus pares, podendo discutir questões variadas, como a construção do corpo, os truques da noite, como abordar seus clientes, qual hormônio faz mais efeito, qual a melhor bombadeira, onde fizeram a plástica do nariz, enfim, entre outros assuntos que geram identificação e acolhimento. As trocas de experiências ocorrem também nas casas das cafetinas, onde moram quase sempre em condições precárias, mas onde elas podem extravasar sua nova identidade de gênero e discutir com suas colegas de quarto como foi a noite e qual será o próximo procedimento cirúrgico.

Soma-se às particularidades das experiências transexuais o lugar do feminino nas relações sociais e sua representação nas diferentes instituições sociais, como família e escola. Tal fato agrega desigualdades sociais e subalternidade à condição das transexuais. Isto é, a própria condição feminina ocupa um lugar de subordinação nas relações sociais e de trabalho. Dados do IBGE apontam as desigualdades em termos de renda das mulheres se comparada ao rendimento do homem.

A exclusão é endossada pelo poder público, quando se omite em sua responsabilidade, a de inserir no contexto escolar e nos currículos das séries iniciais questões como orientação sexual e de identidade de gênero, religião, etnia e raça. O respeito às diferenças de acordo com a cultura de cada povo, de cada ser é pouco discutido nas salas de aulas. Tal fato ganha força com a ideia do padrão binário e heteronormativo, do feminino e masculino estarem devidamente adaptados ao que está posto. Quem escapa desse padrão é punido socialmente e colocado de lado nas relações sociais.

No entanto, aos poucos as mulheres transexuais têm se defendido da exclusão. Essa luta vem ocorrendo através de associações que discutem questões ligadas diretamente ao dia a dia das travestis e das mulheres transexuais, através da saída mais frequente delas das ruas e em busca de seus sonhos, ultrapassando as barreiras impostas e acreditando que o amanhã poderá ser melhor do que o hoje.

Muitos avanços ocorreram através das leis, dos direitos humanos e Ministério Público, mas os preconceitos e a exclusão ainda é um pesado fardo a ser carregado. Aos poucos, junto com outros movimentos, os espaços vêm sendo abertos e as conquistas bem vindas, pequenas, mas de grande valor.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, as poucas vagas são ofertadas na área de beleza, estética, limpeza e serviços domésticos, com baixa remuneração e precárias condições de trabalho. Muitas entrevistadas tentaram ocupar postos no mercado, mas não se identificaram com a atividade ou concluíram que se prostituindo ganhariam, em uma noite nos programas feitos nas ruas com seus “clientes”, ao equivalente ao salário mensal de uma empregada doméstica.

Em meus quase 20 anos de prostituição, partilho de muitas experiências explicitadas pelas entrevistadas e considero que estas nos deixam mais fortes para a vida em meio à selva a que somos jogadas, quando resolvemos assumir nossa real identidade de gênero. Fui para as ruas, para as capitais e na maioria das vezes ficava 10 horas em cima de um salto alto, semi nua, com frio, mas, sempre, com a esperança que um dia a vida seria melhor.

Tenho boas lembranças desse tempo, das amizades com minhas colegas e companheiras de quarto. Muitas tornavam-se amigas, mas não por muito tempo, viajávamos muito e, eventualmente, nos encontrávamos nas casas de cafetinas ou nas ruas. Riamos muito, realmente é uma escola, com culturas e valores diferentes. Observava muito o jeito das nordestinas, sua disposição e sempre amigas; falavam alto

e acordavam cedo. Festejavamos aniversários e datas festivas, trocávamos presentes e “modelitos” da noite. Discutíamos sobre o uso de drogas e álcool, muitas vezes aliado aos hormônios e vitaminas. Igualmente, debates quentes eram travados sobre corpo, clientes e sociedade. Lembro que conversávamos sobre a reação de cada uma frente a diferentes situações de preconceitos nas ruas, nos mercados, nas farmácias, nos postos de saúde e em hospitais. Infelizmente daquela época poucas ficaram para contar história. Perdi muitas amigas queridas assassinadas nas ruas outras mortas em hospitais por motivos já mencionados nesta pesquisa.

No entanto, a partilha de experiências não gerava deslocamento social, então, percebi que não sairia daquela realidade. Não estava feliz na situação em que me encontrava e comecei a lutar; voltei a estudar, fiz concurso e hoje sou educadora social na prefeitura de Florianópolis, formanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Entendo e admiro quem se identifica com o trabalho de profissional do sexo, mas as mulheres entrevistadas se prostituíram e permanecem na prostituição por falta de oportunidades. Entre elas existem preocupações comuns, com o futuro e a necessidade de se reinventar profissionalmente para viverem em paz consigo e com a sociedade. Gostaria de concluir que a prostituição para as nossas entrevistadas seria mais uma opção de profissão, e não a única alternativa profissional.

5. REFERÊNCIAS

Obras

ALMEIDA, Guilherme; ANDRESSA, Pilar; GEBRATH, Zélia. In. *Transexualidades um olhar multidisciplinar*. COELHO, Maria Tereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Sampaio, ed. UFBA, 2014.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. *Travestis envelhecem?* São Paulo: Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Programa de estudos Pós Graduação em gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005

ÁRAN, M. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, p. 653-673, 2009.

ÁRAN, M; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Tradução de Sergio Milliet – 4 Ed. São Paulo: Difusão Europeia de Livros- 1970 disponível em: www.scielo.org. Acesso em 06 ago. 2015.

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Gramond. 2006.

_____, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade, 2009.

_____, Berenice O que é Transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos).

_____, Berenice Na escola se aprende que a diferença faz diferença. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php 21/082015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=21082015)

BERENICE Bento, LARISSA Pelúcio. *Despatologização Do Gênero: A Politização Das Identidades Abjetas*, 2012.

_____, Bento, Larissa Pelúcio. Vivências trans: desafios, dissidências e conformações. In Estudos Feministas. Florianópolis, vol.20 n° 2 maio/agosto 2012.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____, Pierre. O Poder simbólico. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

_____, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge, 1993.

_____, Judith. Problemas de Genero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CARRARA, S.; VIANNA, A. “Tá lá um corpo estendido no chão”: violência letal contra travestis no nicípio do Rio de Janeiro. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2006.

CHAVES, Antônio. Direito à vida e ao próprio corpo: interssexualidade, transexualidade e transplantes, 1994.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí:Ed.UNIJUI, 1999.

DEBERT, Guita.G. Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice. In *Antropologia e Velhice, Textos Didáticos*. SP: IFCH/ UNICAMP. 1990

GONDIN, Sônia Maria Guedes. *Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos*. 2002

GROSSI, Miriam Pillar, *Identidade de Genero e sexualidade*. 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* - SãoPaulo: Cortez, 1998.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. *Identidades Sexuais Não Hegemônicas: A Inserção dos Travestis e Transexuais no Mundo do Trabalho Sob a Ótica Queer*. VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD.

KULICK, Dom. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.2008.

_____, Dom. *O gênero das travestis: corpo e sexualidade na cultura brasileira*, 1998

LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *tendências e impasses: O feminismo crítico da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. In _____(org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: autêntica, 1999.

_____, Guacira Lopes. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. *Posições*, v. 19, n. 2 (56) 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*, ed. Boitempo editorial, 2007.

MOREIRA, Marilda Maria da Silva. *Assédio sexual feminino no mundo do trabalho: algumas considerações para reflexão*, 2012.

MURTA, Daniela. *Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil*. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2009, vol.14, n.4 ISSN 1413-8123.

MURTA, Daniela. *Transexualidade e normas de gênero: contribuições para o debate bioético sobre as práticas de modificações corporais do sexo*. 2014 In. COELHO, Thereza Ávila Dantas

PELÚCIO, Larissa. *Notas sobre a prostituição travesti*. *Cadernos Pagu*, 2005.

_____, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

_____, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: FAPESP, 2009.

RAMSEY, G. *Transexuais: perguntas e respostas*. São Paulo: Edições GLS, 1996.

RIBEIRO, Andressa Cristina Pilar; ALMEIDA, Guilherme Silva de. *Transexualidade: uma pesquisa acerca dos trabalhos acadêmicos na biblioteca eletrônica Scielo*. *Virtual em Saúde (BVS)*. Scielo-Scientific.

RICARDO, Antunes L. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Aílton. *Transexualidade e travestilidade: Conjunções e disjunções*. In . COELHO, Maria Tereza Ávila Dantas. *Transexualidades um olhar multidisciplinar*.

SILVA, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____, Hélio. *Travestis: Entre o espelho e a rua*, 2007. Ed. Rocco.

SILVA, Sofia Vilela de Moraes e. *Transexualidade e discriminação no mercado de trabalho*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3301, 15 jul. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22199>>. Acesso em: 10 de jul. de 2015

SCOTT, Joan. "*Gênero, uma categoria útil de análise histórica*". Educação e Realidade, v. 16, n. 2. Porto Alegre, 1995. <[Scot-Experiencia.pdf](#)>. Acesso em: 06 de ago. 2015.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

_____. Preface a gender and politics of history. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

_____. El problema de la invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (Org.) *Gênero e História*. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

_____. *História das mulheres*. In. BURKE, Peter.(Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992.

_____. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. In. *Debate Feminista – Cidadania e Feminismo*, nº especial, 2000. (edição especial em português).

_____. *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. (Tradução Élvio Antônio Funck). Florianópolis: Mulheres, 2

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente- Mulheres em Rev. Feminista, São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 15 n. 3, 2001.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. O trabalho feminino numa agricultura familiar em crise. Monografia Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

VALE, Alexandre Fleming. *O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

Revistas e Sites

Rev. Estud. Fem, vol. 19 n° 2 Florianópolis May/ Aug. 2011.

<http://bvms.saude.gov.br>

www.antra.net/. Acesso em 06 de ago. de 2015

www.apadep.org.br/defensoria pública-de-sp-promove

Site: <http://odia.com.br/noticias/brasil/2015>

Leis

BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988 disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

Lei n° 12.288. Art 4°

Portaria n° 2803/13-SUS

Projeto Lei n° 122/06

Portaria n° 1707 de 2008 do Ministério da Saúde(MS)

Resolução n° 196/96- Conselho Nacional de Saúde

Resolução n° 615/11 CFSS

6. ANEXO I

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO DAS ENTREVISTADAS: se autodenominar mulher trans; ter 40 anos ou mais; residir em Florianópolis.

O presente questionário é parte integrante do Projeto de Pesquisa de graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo é subsidiar informações a cerca da experiência profissional no mercado formal de trabalho dessas mulheres transexuais e que tipo de relação elas têm ou tiveram com esse segmento.

Vale ressaltar que não será divulgada a identificação do respondente, proporcionando o anonimato e assegurando a fidedignidade das informações prestadas, assim a sua participação voluntária é de fundamental importância para o sucesso desta pesquisa.

QUESTIONÁRIO

I – Perfil da participante:

1- Qual a sua idade? _____

2- Qual sua escolaridade? _____

3- Qual a sua cor de pele? _____

4- Qual o seu gênero? (1) Feminino (2) Masculino (3) Outro:

5- Qual a sua orientação sexual?

(1) Homossexual (2) Heterossexual (3) Bissexual (4)

Outro: _____

5- Como você se identifica?

(1) Travesti (2) Transexual (3) Outro:

6- Qual a cidade onde atualmente habita?

7- Qual a sua renda mensal? (1) até meio salário (2) até um salário (3) até dois
(4) até três salários (5) igual ou superior a quatro salários

8- Recebe algum benefício social do governo? (1) Sim (2) Não. Qual(is):

II- PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO CORPORALMENTE

9- Relate como iniciou e ocorreu seu processo de transformação?

10- Quais as dificuldades que enfrentou na família?

11- Quais as dificuldades que enfrentou na escola?

12- Quais as dificuldades que vivenciou nos espaços públicos?

III- INSERÇÃO NO MERCADO E TRABALHO

13- Qual foi o seu primeiro emprego e como se inseriu?

14- Quais as dificuldades que enfrentou em sua trajetória profissional?

15- Relate sobre seu relacionamento profissional com seus/as colegas de
profissão?

16- Relate sobre seu relacionamento profissional com os/as usuárias de seus
serviços?

17- No geral o que as pessoas relatam sobre sua atuação profissional?

18- Qual a profissão que desejava? Você está nela? Se não por que?

IV- A IDADE DA LOBA

19- Quais as mudanças em sua vida com o amadurecimento?

20- Quais as principais dificuldades enfrentadas com o amadurecimento?

21- Como se estabelece o ciclo de amizade atual?

22- Como se estabelece os relacionamentos amorosos atualmente?

23- Quais os problemas de saúde apresentados? Qual a causa?

24- O que ainda pretende realizar com o amadurecimento?

25- Qual a fase de sua vida foi mais difícil infância, adolescência ou a atual?

Justifique.

V- PERSPECTIVA DE FUTURO

26- O que deseja realizar em sua vida em termos profissional?

26- O que deseja realizar em sua vida em termos de estudo?

27- Quais as mudanças no corpo que você ainda deseja realizar?

28- Quais as dificuldades que teme enfrentar com a velhice? Como pensa superar?